



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE NAVIRAÍ – CPNV



THIAGO BRUSAROSCO FERREIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DESAFIOS DA SUCESSÃO RURAL: um estudo sobre a relação
entre o cooperativismo e a sucessão familiar no campo na região
de Naviraí – MS**

Orientador:
Prof. Dr. Fábio da Silva Rodrigues

NAVIRAÍ-MS

2020

DESAFIOS DA SUCESSÃO RURAL: um estudo sobre a relação entre o cooperativismo e a sucessão familiar no campo na região de Naviraí – MS

Thiago Brusarosco Ferreira

RESUMO

O presente trabalho abordou a problemática da sucessão familiar no campo, analisando o processo sucessório no atual contexto de esvaziamento do campo, a partir do fenômeno da evasão dos jovens rurais, entrelaçando a relação das cooperativas nessa questão. O objetivo que norteou esta pesquisa foi analisar os desafios da sucessão rural nas proximidades do município de Naviraí – MS, no Cone Sul, investigando o papel das cooperativas nesse processo, tanto no que se refere à sucessão familiar quanto à permanência do jovem no campo. Este artigo tem caráter qualitativo-quantitativo e foi usado para coleta de dados o questionário online, com 16 patriarcas e 20 sucessores, e a entrevista semiestruturada com quatro cooperativas. Verificou-se que existe ainda interesse nos jovens em dar continuidade à propriedade da família, contudo, diversos desafios como o sufocamento dos pequenos produtores pelos grandes e a baixa adesão aos projetos das cooperativas estão instigando os jovens a migrar para as cidades.

PALAVRAS-CHAVE: sucessão familiar, permanência no campo, cooperativismo, rural.

1 INTRODUÇÃO

A importância do agronegócio no mundo vem se tornando cada vez maior atualmente, não apenas no cotidiano das pessoas, mas também para a economia mundial. Estudos realizados pela FAO (2014) demonstram que cerca de uma em cada nove pessoas no mundo não tem comida suficiente para levar uma vida saudável e, aliado a isso, a ONU (2019) estima que em 2050 a população mundial pode chegar a 9,7 bilhões de pessoas, representando um aumento de aproximadamente 34,90% em todo mundo, ou seja, a demanda pelo setor rural tende a aumentar bastante. Saath e Fachinello (2018) apontaram que esses e outros fatores mostram a incapacidade de atendimento às necessidades humanas futuras por alimentos.

Em face à grande relevância do setor rural para o mundo, é preciso ressaltar que o campo enfrenta crises e dificuldades desde meados da década de 1970, tendo como principal impasse a desmotivação e evasão dos jovens do meio rural para as cidades (COSTA, 2006 *apud* ZÓTIS, 2011). O CEPEA (2020) calcula que 21,4% do PIB total brasileiro é composto pelo agronegócio e ainda assim esse setor enfrenta cada vez mais processos intensos de êxodo rural; o jovem não se sente motivado a ficar no campo, o que evoca a importância de um olhar mais atento ao processo de sucessão familiar. Essa questão há muito não pode ser encarada como um simples problema de administração gerencial no campo, pois ela coloca em jogo a prosperidade de diversas famílias e seus negócios que são a base e o futuro de muitas regiões do país que estão enfrentando o esvaziamento da população rural. (ABRAMOVAY et al. 1998).

O Censo Agro 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calculou que 24% dos produtores rurais no Brasil concluiu seus estudos até o antigo primário elementar e outros 19,13% concluíram até o ensino fundamental, o que evidencia a baixa escolaridade dos profissionais do campo. Em conjunto com esses dados, é possível destacar uma tendência sutil de permanência de lideranças nas propriedades rurais, ou seja, o rodízio de lideranças quase não ocorre, o chefe se julga capaz de administrar a propriedade e julga os possíveis sucessores como incapazes, negligenciando o processo sucessório rural que pode trazer lideranças mais jovens e mais bem preparadas para o estabelecimento familiar (RODRIGUES, 2017, p. 46). Esses podem ser uns dos muitos fatores que contribuem para evasão da juventude rural - a imagem que os pais passam para seus filhos é fundamental para sua permanência ou não no campo. Os dados levantados por Rosa e Silva (2010) em uma

pesquisa na cooperativa Cooperval mostrou que 50% dos cooperados participantes da pesquisa não dão nenhuma influência na escolha dos filhos em permanecer na propriedade rural; outros 6,90% ainda relataram ainda desestimular os filhos para a agricultura. Com essa mensagem passada para as novas gerações não há como garantir uma sucessão e a prosperidade da empresa rural.

Diante dessa problemática é notável que ela não se limita apenas às propriedades rurais, mas também vários outros setores são impactados, como as cooperativas. Estas representam uma parte que tem um papel fundamental na questão da sucessão rural e permanência do jovem no campo (RODRIGUES, 2017, p. 46). A colaboração das cooperativas já é percebida como fundamental no caso da Coopavel, no estado do Paraná. Dilvo Grolli, diretor-presidente da cooperativa, criou a Unicoop, a universidade Coopavel, buscando desenvolver uma estrutura educacional aliada às necessidades da cooperativa e de seus cooperados e familiares. A Unicoop visa preparar o produtor para as novas tecnologias, melhoria da produtividade e qualidade em seus produtos, tendo como foco não só a qualidade de vida das famílias associadas, mas também contribuindo com a fixação do jovem no campo, despertando nele a consciência de que o campo é uma das melhores alternativas para as futuras gerações (FAE BUSINESS, 2005).

Assim, o presente trabalho se justifica pela necessidade de analisar a problemática acima descrita, do ponto de vista da região do Cone Sul, com enfoque na área entorno ao município de Naviraí – MS, buscando estudar uma questão de grande relevância para o desenvolvimento do país como um todo sob a ótica de uma região do interior. O Cone Sul sul-mato-grossense é uma área que abrange diversas cooperativas como a Copagrill, C Vale, Cocamar, Copasul, Coamo, dentre outras, o que a configura como um ambiente promissor para esta pesquisa. O município de Naviraí tem destaque central na microrregião ao qual está inserido, uma vez que apresenta um PIB acima da média e pode assumir o papel de protagonista regional na busca pelo desenvolvimento (PEREIRA et al, 2017). Além disso, percebe-se que o município é um grande produtor de cana-de-açúcar (11 estabelecimentos) e mandioca (44 estabelecimentos).

Neste contexto, essa região ao entorno de Naviraí se mostra uma área promitente para este estudo que busca relacionar o cooperativismo com uma problemática ainda pouco estudada - a fixação do jovem no campo e a sucessão rural -, e como as ações promovidas pela primeira podem contribuir com os desafios engendrados pela segunda. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os desafios da sucessão familiar no campo na região de Naviraí – MS, analisando o papel das cooperativas nesse processo, tanto no que se refere à

sucessão rural quanto à permanência do jovem no campo.

1. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O CAMPO E A CIDADE

Conforme a literatura, o agronegócio tem influência direta na urbanização, ou seja, aquilo que é desenvolvido no campo é o grande responsável pelo mundo urbanizado que todos usufruem hoje. A mesma autora afirma que há um dinamismo no agronegócio que intensifica cada vez mais as relações entre os espaços rurais e espaços urbanos inseridos em áreas agrícolas. Logo, são notáveis nos locais onde há expansão do agronegócio globalizado o crescimento de novos municípios e áreas urbanas e isso tudo se deve à demanda desses municípios por produtos e serviços agrícolas e pelo poder do agronegócio de impor especializações mais profundas a esses territórios (ELIAS, 2013).

Em contrapartida, discutia-se a ideia de que as fazendas familiares estariam condenadas ao desaparecimento devido ao advento da produção em escala, uso de moderna tecnologia e o trabalho assalariado, (Gasson e Errington, 1993; Callus e Van Huylenbroeck, 2010 *apud* Oliveira e Filho, 2018) passando a ser geridas à maneira do setor industrial, privilegiando as economias em escala, fazendo uma referência ao modelo fordista. Tal hipótese se mostrou depois imoderada, uma vez que as fazendas familiares não apenas permaneceram como ainda constituem a estrutura dominante de produção agropecuária no mundo (Lobley e Baker, 2012; MacDonald, 2014 *apud* Oliveira e Filho, 2018).

Ainda que seja evidente a importância do campo para a sociedade, o mesmo enfrenta um processo de esvaziamento, especialmente por parte dos jovens. Conforme Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) as principais causas da migração dos jovens rurais são a insatisfação com a baixa renda, a busca por escolaridade, a penosidade e a imagem negativa do trabalho rural, o que traz como consequências para o campo: população envelhecida, masculinizada e vazia.

Os mesmos autores ainda alertam sobre a possibilidade de perda da cultura rural que é passada de pai para filho, uma vez que os conhecimentos dos agricultores são bastante

ambientalizados e, se os jovens deixarem o campo, toda cultura adquirida no campo pode vir a desaparecer, tornando as possibilidades da produção mais limitadas (MENDONÇA et al., 2008).

Em contraponto, atualmente existe o pensamento sobre a vantagem de o jovem migrar para a cidade em busca de capacitação e retornar e aplicar seus conhecimentos na propriedade. Octaciano Neto, secretário de estado da agricultura do Espírito Santo em 2018, disse a Leandro Fidelis, da redação da revista SafraEs (2018, p. 1):

Além das tecnologias disponíveis aos produtores rurais, o grande número de recém-formados vai acelerar o processo de informatização do campo. É um êxodo urbano. Ainda existe resistência, mas os pais já estão percebendo a necessidade de novas ideias para o desenvolvimento.

Spanevello (2008) aponta que recentemente o agricultor foi inserido na lógica capitalista de produção devido ao processo de transformação tecnológica e a globalização, levando ao que Marsden (1989) chamou de “reestruturação produtiva”:

Novos processos produtivos são gestados com enfoque principal centrado nos mercados globais, impondo aos agricultores a necessidade de gestão do estabelecimento, qualificação da produção, comercialização da produção com base em bolsas de valores e mercados futuros, políticas de preços agrícolas internacionais, aquisição de bens e insumos industriais, entre outros (MARSDEN, 1989 *apud* SPANEVELLO, 2008, p. 54).

Um estudo realizado pela FAO (2016) concluiu que houve uma melhora na qualidade do emprego para jovens rurais na América Latina, devido à redução do trabalho infantil. Contudo, os principais problemas como trabalhos precários, salários baixos, ainda permanecem, e o mesmo estudo revela que ainda menos da metade dos jovens rurais têm um emprego decente e todos relatam excessiva carga de trabalho, conforme expresso no estudo:

Sin embargo, se puede afirmar que menos de la mitad de los jóvenes - y probablemente bastante menos - tiene un trabajo “decente” desde el punto de vista de los ingresos. La carga horaria completa (40 a 48 horas semanales) o la sobrecarga (49 horas semanales y más) es la norma. El porcentaje de asalariados rurales no agrícolas con contrato tiende a duplicar o más al de los asalariados agrícolas, con diferencias importantes entre países. Hay un leve mayor porcentaje de mujeres con contrato que de hombres, tanto en el sector agrícola como en el ERNA. [...] Resumiendo entonces, se puede afirmar que los datos muestran que se está aún muy lejos del “empleo decente” para una abrumadora mayoría de la población rural (FAO, 2016, p. 15-16).

Zótis (2011) afirma que todo jovem almeja uma boa carreira na vida, associando isso a um bom salário e demais benefícios consequentes disso. Frente a isso, o autor expõe que atualmente esses jovens não enxergam na propriedade rural o potencial para trazer as

mesmas vantagens.

Olhando para a década de 1960, outro estudo realizado no oeste de Santa Catarina, mostrou que até esse período encontrava-se maior disposição no meio rural em dar continuidade às unidades de produção. Os agricultores produziam não só alimentos, mas também novas gerações de agricultores, havendo assim, uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e os propósitos individuais dos sucessores, devido à forte pressão moral da família e da comunidade. Porém, em 2003, esse mesmo estudo revelou o fim dessa fusão, constatando que o futuro dessas unidades familiares seria entregue às alternativas que surgissem frente aos sucessores (MELLO et al., 2003 *apud* MENDONÇA et al., 2008).

Em face da necessidade de articular novamente os objetivos da unidade de produção e de seu futuro sucessor, é pertinente analisar uma organização que desempenha um importante papel junto aos agricultores, com considerável potencial em contribuir com a sucessão familiar no campo: o cooperativismo, onde se percebe a possibilidade de um benefício mútuo entre a empresa familiar e cooperativa agrícola.

2.2 COOPERATIVISMO

Sob essa ótica, há diversos ramos de atividade que compõem a base do agronegócio brasileiro, dentre eles destaca-se o cooperativismo. Analisando a literatura, pode-se conceituá-lo e caracterizá-lo como uma associação de pessoas em busca de seus objetivos particulares e melhorias na condição financeira de cada um. Logo, a atividade cooperativista é definida pela soma de vários pequenos trabalhadores em busca de seus objetivos, tornando ainda possível a competitividade dentro do capitalismo sem a queda na classe do proletariado ou na pauperização aguda (SILVA E SANTOS, 2016).

A relevância do cooperativismo é reconhecida pela Organização das Nações Unidas - ONU que, em 2012, proclamou esse ano como o Ano Internacional das Cooperativas. Segundo o órgão, as ações cooperativistas são um mecanismo fundamental para garantir a segurança alimentar e a redução da pobreza, quando beneficia desde os pequenos agricultores aumentando sua capacidade de negociação e compartilhando recursos (ONU BR, 2011). Ademais, é notável o quão fundamental é o papel das cooperativas no desenvolvimento nacional, uma vez que sua existência está em busca de objetivos semelhantes ou até idênticos aos da República. O cooperativismo é um caminho mais humano, levando os cooperados à

integração social com o enaltecimento de valores e também a um desenvolvimento coletivo, onde crescem o cooperado e a cooperativa, e, por consequência, gera o desenvolvimento da nação (LEITE E LEITE, 2015).

Em relatório, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2018) ressalta o potencial de presença do cooperativismo na economia e na sociedade brasileira, mostrando que 1 em cada 7 pessoas no mundo está associada a uma cooperativa, o que evoca a possibilidade do ramo cooperativista se tornar o modelo empresarial que mais cresce em todo o planeta. A soma das capacidades de negócio das 300 maiores cooperativas do mundo pode resultar na 9ª maior economia mundial.

O potencial econômico das cooperativas foi evidenciado em estudos indicando um caminho de superação para uma das maiores crises mundiais que ocorreu em 2008. Segundo os autores:

A lo largo de los últimos años, se ha producido un considerable aumento del interés por parte de los poderes públicos e investigadores respecto a las cooperativas. Ese interés se debe fundamentalmente a que se cuenta con suficientes evidencias para afirmar que las cooperativas han demostrado resistir mejor la crisis económica iniciada en 2008 que las empresas típicamente capitalistas (Birchall, 2013; Cantero, González Loureiro y Puig, 2013 *apud* Alfonso; Cumplido e González, 2016, p. 111).

Alinhado com o crescimento da atuação do cooperativismo na sociedade está o aumento da complexidade de gestão dessa atividade, típica das grandes corporações. Da mesma forma que ocorre o aumento da demanda por qualificação profissional nas cooperativas devido a seu crescimento, a fim de lidar com os complexos problemas do *agribusiness*, há a tendência em manter o corpo gerencial formado apenas por cooperados (ZYLBERSZTAJN, 1994).

Dada a capilaridade que as cooperativas agrícolas apresentam junto às propriedades, Drebes, Spanevello e Lago (2011) ressaltaram em seus estudos, a importância dessas instituições no processo de sucessão familiar no campo. Considerada uma “extensão da propriedade do associado”, a cooperativa agrícola possui diversas características que conferem a ela o poder de influência na permanência de um sucessor na propriedade, tais como: interação com os associados através de assistência técnica, fornecimento de crédito, comercialização da produção, aperfeiçoamento produtivo e tecnológico, formação e informação. Os mesmos autores afirmam que a decisão de um futuro sucessor em permanecer na propriedade tem ligação intrínseca com a capacidade da cooperativa de atender às necessidades sociais e profissionais do jovem, o que torna essa instituição uma das mais aptas

(se não a mais apta) a trabalhar o tema da sucessão rural (DREBES E SPANEVELLO, 2003 *apud* DREBES, SPANEVELLO E LAGO, 2011).

Drebes e Spanevello (2017) obtiveram resultados em suas pesquisas com relação ao interesse por parte das cooperativas pesquisadas em relação à sucessão rural, onde foi unânime a importância da formação de sucessores para as cooperativas. Em suma, as instituições que participaram do estudo deixaram claro: “Sem sucessão não existem novos agricultores e não ocorre a renovação entre os cooperados”. Fica evidente, portanto, como as cooperativas dependem da continuidade das propriedades rurais, ou seja, de novas gerações de agricultores que garantam a renovação e o seguimento desse ciclo.

Olhando esse cenário pelo ângulo das propriedades rurais, Boessio e Doula (2017), em seu trabalho, ressaltam que um dos papéis das cooperativas agrícolas é a inserção de seus cooperados no mercado, promovendo o ganho de escala e facilidade de acesso a insumos. Ou seja, essas organizações têm influência direta no cotidiano de trabalho de seus associados, devendo prezar sempre pela melhor qualidade de vida dos mesmos. Diante disso, é notória a importância do papel que cada uma das partes desempenha entre si e a possibilidade de maior lucro e benefício mútuo quando uma preza pela prosperidade da outra.

Frente a isso, as pesquisas enfatizam que a cooperativa é uma extensão da propriedade familiar rural e os filhos dos cooperados que permanecem na propriedade e estão inseridos em suas atividades enxergam na cooperativa o potencial de suporte para a continuidade da propriedade da família e passa a fazer parte disso também. Aliado a isso, concluiu-se também o papel fundamental da cooperativa na prosperidade da propriedade familiar rural pelos futuros herdeiros: Pesquisas realizadas nas cidades de Pinhal Grande e Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, descobriram que a situação econômica das famílias é um fator decisivo na sucessão familiar, pois os filhos só consideram a alternativa de permanecer na propriedade se perceberem nela uma fonte rentável. Logo, a cooperativa, com a função de inserir a empresa no mercado, colabora com a escolha do jovem em permanecer na propriedade rural (SPANEVELLO; LAGO, 2007 *apud* BOESSIO; DOULA, 2017).

Dada a relação intrínseca entre o cooperativismo agrícola e a necessidade de um bom processo de sucessão familiar entre seus cooperados, faz-se necessário investigar os pormenores da sucessão familiar em si, buscando construir uma base na literatura que sustente uma análise ou complementação para os dados colhidos a campo.

2.3 SUCESSÃO FAMILIAR

A definição de empresa familiar está ligada a um tipo de organização onde as ações são influenciadas por valores e interesses familiares (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Contudo, muitas vezes esses valores e interesses interferem na administração de uma empresa familiar, pois cada um age em busca de seus interesses e suas decisões estão vinculadas a laços afetivos e familiares, onde o próprio fundador toma caminhos no âmbito empresarial condicionado pelo âmbito familiar (ALVARES, 2001; LEAH e BOGOD, 2006 *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2012).

A sucessão é um ponto delicado nas empresas familiares, que pode ser definida como: “transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessórios ou à próxima geração [...]” (GASSON; ERRINGTON, 1993, s.p *apud* BIEGER, 2013). O processo de sucessão nas empresas familiares brasileiras ainda é foco de vários problemas que comprometem a continuidade da organização familiar, como ressalta Ricca (2007), a administração é feita por um processo empírico e é necessária uma profissionalização que torne a organização mais forte, mas as famílias acabam não agindo nesse sentido devido aos laços emocionais que impedem ações racionais. Muzzio (2013) reitera que a profissionalização da empresa familiar está ligada à superação simbólica das posições do fundador e de seu legado.

A literatura aponta que o processo sucessório é composto por três fases: 1) sucessão; 2) herança e 3) retirada ou aposentadoria dos pais. Em conjunto às fases é preciso considerar que cada uma delas representa um processo dinâmico e um ponto específico no tempo, e a duração de cada uma depende de sua dimensão jurídica ou cultural em que se insere a realidade dos agricultores (GASSON; ERRINGTON, 1993 *apud* BIEGER, 2013).

Spanevello (2008) ressalta alguns pontos que impactam diretamente a perspectiva de manter assegurada a sucessão familiar e a escolha dos jovens de permanência ou não na propriedade, tais como: características familiares internas, processo de ensino-aprendizagem no trabalho familiar e a internalização da moral e dos valores, associado a isso, fatores como condições do próprio meio rural e da sua proximidade geográfica, econômica e social com as cidades compõe um conjunto de características que influenciam na concretização da sucessão familiar.

Juntamente a esses fatores que influenciam na permanência da juventude no campo, é mister ressaltar que o processo de sucessão familiar no campo é alvo de muitos conflitos, o que dificulta ainda mais a perspectiva de fixação do jovem na propriedade. A literatura aponta

que os conflitos no processo sucessório vão desde as formas de remuneração dos demais filhos não contemplados com a propriedade dos pais até a questão do viés de gênero, onde as filhas são excluídas do processo sucessório (MELLO et al., 2013).

A migração no campo é composta em sua maioria pelos jovens e pelas mulheres. A posição familiar que a mulher ocupa na família justifica esse fato, pois ela é vista como importante apenas para ajudar nas atividades agrícolas, e não como uma precursora. Portanto, ao partir para a cidade, ela se sente mais valorizada pelo contato com o mercado de trabalho e acesso a estudo (VORPAGEL, 2017).

A literatura complementa essa ideia apontando desigualdades de gênero e privilégios aos homens como questões frequentes nas propriedades rurais, o que impulsiona a migração rural feminina. A mulher no campo precisa trabalhar na roça com o marido, de onde saem os produtos para venda, e, conjuntamente, precisam se ocupar das “miudezas”, como elas chamam, o trabalho doméstico, que inclui pequenas atividades como cuidar das galinhas, da horta e do leite (DESER - CEMTR/PR, 1996). Os homens, por sua vez, ficam responsáveis pelas atividades produtivas, que geram a renda familiar, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, isso se finda por refletir a desvalorização do trabalho feminino, pois as mulheres apenas realizam atividades que não tem poder de gerar renda para a família (SILVA E SCHNEIDER, 2010).

Aguiar e Stropasolas (2010) acrescentam que a condição do jovem do campo é uma condição de subordinação, especialmente no caso das jovens. Observa-se nas mulheres uma força de trabalho importante para a reprodução familiar; entretanto, não lhes é assegurado nem uma renda fixa, nem o acesso ao lazer e nem mesmo o direito a um “pedaço de terra”. Seu papel no campo se resume em, quando solteira, atender às determinações do pai e, quando se casar com um jovem rural, viverá subordinada ao esposo e sua família. “Falta de liberdade” é um termo muito adequado para definir a condição das moças no meio rural. O que nos remete novamente a Vorpagel (2017) quando afirma que as mulheres não são vistas como possíveis precursoras da propriedade, uma vez que se encontram privadas de liberdade dentro de sua composição familiar.

Complementando essa ideia, Maia (2011) menciona em seus trabalhos a questão da aceitação das ideias propostas pelos jovens para a propriedade pela família, o que é interpretado por uma barreira à sucessão familiar, levando em consideração que, na maioria das vezes, são as ideias das filhas as menos aceitas pelos pais. A autora aponta que diversos fatores dificultam a aceitação de ideias dos jovens, tais como distinção de sexo, idade, confiança, saber próprio e falta de recursos financeiros, sendo este último a maior barreira às

ideias dos sucessores.

Uma questão que está interligada à aceitação de ideias dos jovens é a autonomia e responsabilidade que são confiadas aos sucessores dentro da propriedade. Simonetti (2000) *apud* Santos (2009) discute em seus trabalhos como os jovens precisam de liberdade e autonomia para viver em sociedade, sentindo que sua vida está alinhada com seus valores e visão de mundo, como confirma Mattos e Castro (2016). Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) concluíram que a falta de voz e participação na propriedade como elementos intrínsecos à decisão de permanecer ou não no campo.

Discute-se na literatura a possibilidade de renovação do empreendimento rural proporcionada pela sucessão familiar, onde foi concluído que a população do campo está se tornando cada vez mais idosa e a sucessão familiar tem o potencial de renovar o negócio da família quando uma nova geração herda a propriedade e dá continuidade a ela (LOBLEY et al., 2010). Essa continuidade se dá pela efetiva transmissão da propriedade rural para o sucessor de maneira sólida e que propicie sustento e boas perspectivas às gerações futuras (GASSON E ERRINGTON, 1983 *apud* Oliveira e Filho, 2018).

Normalmente, a sucessão familiar no campo segue um padrão onde os pais escolhem um único sucessor, isso se justifica pela pequena extensão de terras na agricultura familiar e, de maneira geral, o filho escolhido é aquele que demonstra mais aptidão para os negócios e para garantir a continuidade da propriedade familiar (BIEGER, 2013). Zago e Bordignon (2012) concluíram em seus estudos que os filhos que demonstram mais inclinação a permanecer no campo e herdar a propriedade são os sucessores homens. Venturi e Souza (2016) complementam que os pais buscam na sucessão passar todo o seu conhecimento adquirido no decorrer do tempo para o sucessor, para que ele tenha uma base sobre as incertezas e expectativas da propriedade, permitindo que o sucessor possa aprimorar técnicas e melhorar a produção do negócio. Venturi e Souza (2016, p. 3) ainda concluem: “A realidade de seus modos de produção das propriedades está embasada nas experiências passadas de pai para filho, através do convívio direto na roça e o começo cedo do trabalho para ajuda na renda”.

É relevante levantar a questão sobre os caminhos que os agricultores podem tomar em relação às suas propriedades quando não há sucessores para substituí-los futuramente. Spanevello et al. (2017) afirmam que, nesse caso, o agricultor normalmente tem duas opções: comercializar a terra para terceiros ou uma situação de indecisão, onde os proprietários podem encaminhar a terra para os filhos para que eles decidam o que fazer com ela. Neste trabalho, os agricultores entrevistados disseram que a decisão da comercialização da propriedade é

sempre tomada em último caso, ou seja, quando há certeza de que os filhos não retornarão ao campo. E eles afirmam que, mesmo se deixassem o destino da propriedade nas mãos dos filhos, eles a venderiam ao longo do tempo. Observou-se nos agricultores que esse desejo de deixar a propriedade para os filhos está ligado ao seu apego emocional à terra, na tentativa de adiar a decisão do futuro da propriedade, ainda estando todos conscientes que seus filhos não retornarão ao campo.

Como visto, a sucessão, feita de modo correto, é a chave para a prosperidade da empresa familiar rural, porém, esse sistema encontra-se comprometido pela evasão de jovens do campo atraídos pelas oportunidades da cidade. Camarano e Abramovay (1999) *apud* Paula, Moreira e Mota (2017, p. 2) esclarecem:

[...] a juventude rural é atraída para o meio urbano e que o primeiro motivo para a saída do jovem é estudar. Os autores ainda asseguram que na maioria dos casos em que jovens buscaram a cidade para estudar, apenas uma minoria retorna ao campo para dar prosseguimento ao negócio familiar, deixando assim muitas propriedades sem sucessores.

Mendonça et al. (2013) complementam ressaltando que a transição demográfica, diferenciais de educação, integração campo-cidade, renda baixa, masculinização e envelhecimento do campo são estímulos à migração dos futuros sucessores. Reiteram ainda a ameaça à reprodução da cultura material familiar:

Assim, como a qualificação do agricultor é associada ao trabalho familiar - é trabalhando que crianças e jovens se habilitam para ocupações rurais -, a reprodução dessa cultura material estaria ameaçada. Por isso são recomendados programas voltados para a juventude rural capazes de integrar os jovens ao meio que conhecem. (MENDONÇA et al., 2013, p. 2).

Percebe-se aqui a real necessidade de ações voltadas para os jovens do campo visando sua permanência e a continuidade das propriedades familiares. Essa intervenção pode ser bem articulada pelas cooperativas agrícolas, dada sua relação de proximidade com as propriedades, promovendo programas que aproximem não só pais e avós, mas também filhos e netos, buscando mostrar a ambos a possibilidade de uma vida melhor no campo quando trabalham juntos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado sob uma natureza quali-quantitativa. Lakatos e Marconi (2017) esclarecem em seus estudos que a preocupação central nessa natureza de pesquisa está centrada na qualidade dos resultados alcançados, em como os dados foram obtidos, a interpretação dos dados e os procedimentos utilizados na análise. O ambiente em que os dados foram coletados e o grau de controle das variáveis também estão inseridos nessa natureza de pesquisa.

Alinhado à abordagem quali-quantitativa, o tipo da pesquisa foi descritivo. Gil (2019) afirma que esse tipo de pesquisa tem como objetivo a descrição das características de um determinado fenômeno ou população, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma das principais características desse tipo de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa usou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Fachin (2017) define a pesquisa bibliográfica como o primeiro passo de todo trabalho científico. A autora também ressalta que ela pode ser realizada tanto independentemente quanto associada a outras modalidades de pesquisa, como a pesquisa de campo e a documental. Lakatos e Marconi (2017) complementam que esse procedimento de pesquisa é feito com base em textos de livros, artigos científicos, revistas, jornais, etc., e salienta que, atualmente, o primeiro foco dos pesquisadores em seus trabalhos está nos artigos científicos, pois neles se consegue conhecimento atualizado sobre o tema em questão.

A pesquisa de campo é um dos procedimentos mais eficazes na coleta de dados. Lakatos e Marconi (2017) definem esse procedimento como aquele que possui o objetivo de conseguir informações sobre um problema que se busca uma resposta. Consiste em observar fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, tendo como propósito descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

Ademais, para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada via WhatsApp com os gerentes e diretores de cooperativas agrícolas, enviando as perguntas por áudio e levantando os dados de maneira aberta. As cooperativas que participaram desta pesquisa foram escolhidas por serem as principais atuantes na região de Naviraí, e por sua participação ativa no agronegócio regional, mostrando-se promissoras para o presente trabalho. A entrevista semiestruturada é método de coleta de dados que pode ser definido como uma entrevista aberta, onde as perguntas já estão pré-elaboradas, mas se oferece alternativas de resposta ao entrevistado, e ele responde livremente as questões como quiser. A entrevista semiestruturada possui algumas possíveis variações em sua semiestrutura, contudo,

é mais frequente um modelo com uma sequência de questões pré-definida pelo pesquisador durante a entrevista, onde ele observa e cuida para que respostas iniciais não comprometam futuras perguntas, podendo sempre articular essa ordem da entrevista. (GIL, 2019).

Para a coleta de dados com os proprietários rurais e com os futuros sucessores foi utilizado o questionário, estruturado no Google Formulários e enviado para os respondentes por meio das redes sociais (WhatsApp, Instagram e Facebook). Para o envio desses questionários buscou-se contatos nos sindicatos rurais da região e nas cooperativas, totalizando um envio de aproximadamente 90 questionários obtendo 36 respostas. Dentre essas 36 respostas, 16 foram de patriarcas (principais responsáveis atualmente pela propriedade) e 20 foram de futuros sucessores. O questionário pode ser definido como uma técnica de coleta em que são submetidas questões a um público sob a finalidade de coletar informações a respeito de opiniões, crenças, valores, interesses, expectativas, etc. Para as ciências sociais o questionário se mostra um dos utilizados na coleta de dados, sendo fundamental em levantamento de campo (GIL, 2019).

Os dados coletados submetidos à análise para a concepção deste trabalho foram do tipo primário ou de campo e secundários. O autor Gil (2019, p. 28) esclareceu que os dados em uma pesquisa são obtidos em diferentes naturezas, sendo eles de campo – obtidos no local onde os fenômenos acontecem, mediante observações, entrevistas e questionários –, assim como podem ser obtidos através da análise de documentos, arquivos e artefatos físicos, uma vez que um documento corresponde a qualquer suporte material que incorpore algum tipo de informação.

Como técnica de análise de dados para o presente artigo foi utilizada a análise de conteúdo. Lakatos e Marconi (2017, p. 307) apresentaram o conceito dessa técnica, onde se trata de uma técnica onde a ênfase recai na quantificação dos ingredientes do texto, sendo uma abordagem que utiliza uma técnica de análise de comunicação, tendo como objetivo compreender criticamente o sentido de uma comunicação. Por meio da análise de conteúdo pode-se, portanto, obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos, buscando descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação (CAVALCANTE; CALIXTO E PINHEIRO, 2014).

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados levantados em campo, sendo submetidos à análise visando uma discussão acerca dos desafios enfrentados no processo sucessório familiar no campo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Buscaram-se primeiramente na coleta de dados deste trabalho, as principais características das propriedades rurais dos respondentes. Não foi especificado aos respondentes nenhum padrão em relação ao tamanho das propriedades; eles classificaram livremente, segundo suas percepções. Foi observado que pouco mais da metade dos participantes trabalha com uma propriedade de porte médio (47,2%), enquanto a outra parcela se dividiu entre propriedades de porte pequeno (33,3%) e de porte grande (19,4%).

Em relação à localidade das propriedades, a maior parte das respostas veio dos municípios de Naviraí (33,3%), Eldorado (19,4%) e Itaquiraí (16,6%). Os demais 30,6% das propriedades estão localizadas em municípios da região Cone Sul, como Mundo Novo, Juti e Tacuru, com uma pequena margem de alcance em municípios mais distantes do estado de Mato Grosso do Sul e outros estados do Cone Sul vizinhos à região sul-mato-grossense.

Por fim os participantes classificaram sua propriedade como sendo ou não uma propriedade familiar. Dos respondentes, 69,4% consideram seu empreendimento como propriedade familiar, restando 30,5% que consideram como não sendo propriedade familiar. A parcela dos respondentes que não reconhece sua atividade como agricultura familiar pode se justificar, como veremos no decorrer da pesquisa, aos proprietários que vivem longe de suas propriedades, arrendaram suas terras e vivem em outras localidades.

4.2 PERFIL DOS RESPONDENTES

Dentre os participantes que responderam ao questionário, 77,7% foram homens e

22,2% foram mulheres, sendo a maior parte deles com faixa etária de 18 a 26 anos (47,2%) e os demais, 27 a 34 anos (8,3%), 35 a 42 anos (5,56%), 43 a 50 anos (13,8%), 51 a 60 anos (22,2%) e acima de 60 anos (2,7%).

Em relação à escolaridade dos respondentes desta pesquisa, a maior parte se classificou como tendo Ensino Superior completo (33,3%) e os demais, Ensino Fundamental incompleto (11,1%), Ensino Médio incompleto (13,8%), Ensino Médio Completo (30,5%), e Ensino Superior incompleto (11,1%).

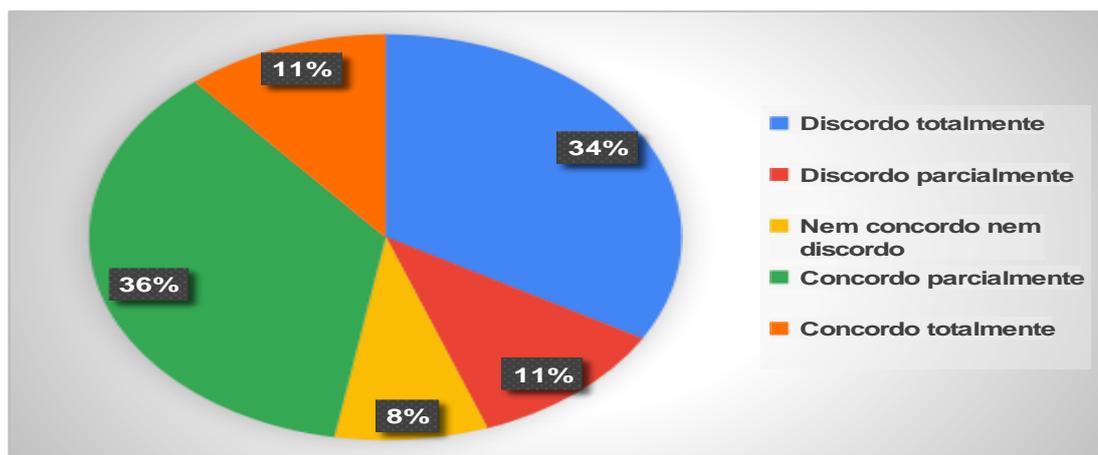
O questionário usado como instrumento de coleta de dados para este trabalho buscou analisar a perspectiva tanto dos patriarcas quanto dos futuros sucessores da propriedade. Dentre os respondentes obteve-se um número semelhante de respostas entre os patriarcas e os filhos, porém uma quantidade maior de respostas por parte dos futuros sucessores: patriarcas (44,4%) e sucessores (55,5%).

4.3 SUCESSÃO INTERGERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES

4.3.1 DESAPARECIMENTO GRADUAL DAS FAZENDAS FAMILIARES E A PROFISSIONALIZAÇÃO RURAL

Os respondentes foram questionados acerca do gradual desaparecimento das fazendas familiares em virtude do aumento da competitividade no agronegócio, associado ao uso intensivo de tecnologia e trabalho assalariado. Conforme pode ser observado no gráfico 1, as opiniões foram bem distribuídas, sendo que 34% discordam totalmente dessa afirmação, 11% discordam parcialmente, 8% nem concordam nem discordam, 36%, concordam parcialmente e 11% concordam totalmente.

Gráfico 1 – Possibilidade de Desaparecimento das Fazendas Familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

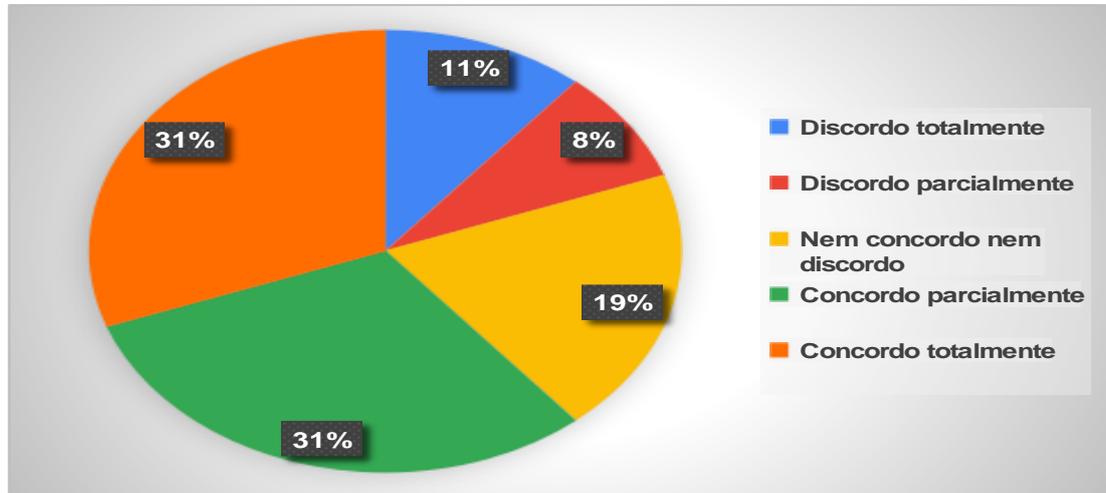
Como se observa nos dados analisados no gráfico 1, a distribuição equitativa das respostas, onde 45% discordam, total ou parcialmente, e 47% concordam, também total ou parcialmente, com a possibilidade de desaparecimento das propriedades rurais familiares, em razão do aumento da competitividade, corrobora com a ideia de que quase metade dos respondentes cogitam a possibilidade do desaparecimento gradual das fazendas familiares. Este achado da pesquisa, apesar da conclusão de exagero nessa hipótese, afirmada por Lobley e Baker (2012) e MacDonald (2014) *apud* Oliveira e Filho (2018), onde acredita que as fazendas familiares se constituem a base da produção agrícola mundial, por sua vez segue a mesma tendência da perspectiva apresentada por Gasson e Errington (1993) e Callus e Van Huylenbroeck (2010) *apud* Oliveira e Filho (2018).

Sob outro aspecto, essa crença na possibilidade de desaparecimento das propriedades rurais familiares, pode gerar um impacto no processo de sucessão. O jovem, o filho, herdeiro da propriedade, ao perceber no cotidiano essa crença de desaparecimento, e compartilhar da mesma concepção, acaba por sentir-se desmotivado em permanecer no campo e continuar os negócios, pois enxergam tais características familiares internas, como afirmou Spanevello (2008). Essa crença de desaparecimento da propriedade familiar é percebida pelo jovem e tem o potencial de desmotivá-lo à permanência e sucessão rural.

A convicção na possibilidade de desaparecimento das propriedades rurais familiares pode estar ligada à visão cotidiana de profissionalização das fazendas familiares. Buscou-se, em relação a essa hipótese, a opinião dos participantes desta pesquisa sobre essa profissionalização na agricultura familiar, onde elas poderiam estar adotando modelos de administração similares às empresas, condicionando à substituição dos membros da família à frente do negócio. Observando o gráfico 2 percebe-se que a maioria dos respondentes concorda com essa hipótese, a qual 19% discordam, total ou parcialmente, e 62% concordam,

total ou parcialmente, e 19% nem concordam nem discordam.

Gráfico 2 – Possibilidade de Profissionalização das Fazendas Familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Oliveira e Filho (2018) apontam que o modelo fordista foi utilizado para pregar o fim das fazendas familiares, passando a ser geridas à maneira das empresas industriais, privilegiando as economias em escala. Essa relação encontrada na pesquisa entre a crença do desaparecimento das fazendas familiares e a profissionalização da gestão das propriedades está de acordo com a “reestruturação produtiva” pregada por Marsden (1989) *apud* Spanevello (2008) onde a transformação tecnológica trazida pela globalização inseriu os agricultores na lógica capitalista de produção. Os novos processos produtivos dão enfoque principal aos mercados globais, o que impõe aos produtores a necessidade de gestão do estabelecimento, qualificação da produção, comercialização da produção com base em bolsa de valores e mercados futuros, etc.

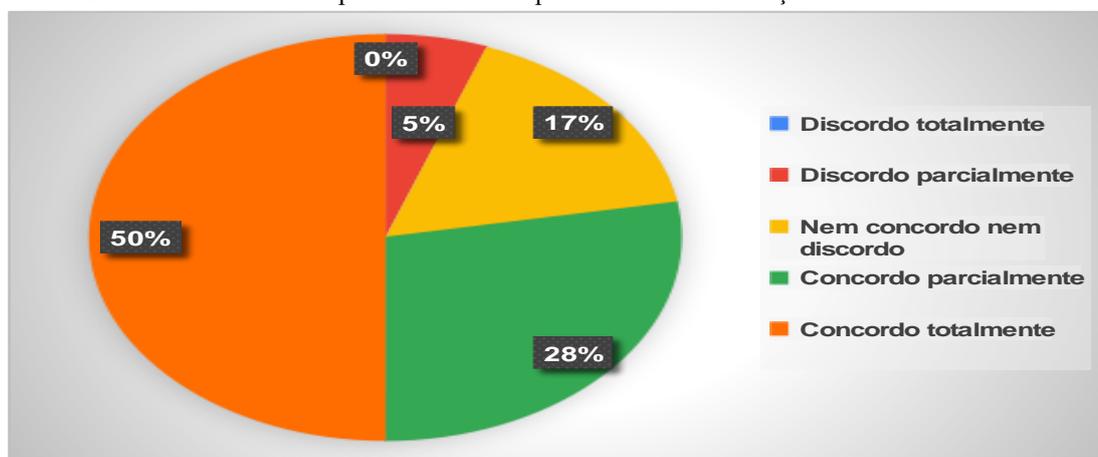
Ou seja, o agronegócio cada vez mais demanda do agricultor uma gestão mais profissional e essa reestruturação da produção pode ter impactos negativos no meio rural, podendo gerar a crença de que a propriedade familiar rural vai desaparecer. Silva (1982) *apud* Spanevello (2008) aponta impactos negativos sociais, econômicos e ambientais para esse cenário, tais como o êxodo da população do meio rural, a individualização do trabalho agrícola em razão das tecnologias poupadoras de mão-de-obra, empobrecimento dos agricultores, etc. Ao perceber esse cenário, o agricultor pode começar a cogitar o fim das fazendas familiares, uma vez que o campo cada vez mais lembra um empreendimento urbano gerido pela tecnologia moderna.

4.3.2 TRANSMISSÃO DA GESTÃO DA PROPRIEDADE PARA AS FUTURAS

GERAÇÕES

Neste tópico, os participantes foram questionados acerca da transmissão da propriedade familiar às próximas gerações, se estão conseguindo realizar essa transmissão ou não. Conforme se observa no gráfico 3, apenas 5% discordam parcialmente, 17% nem concordam nem discordam e 78% concordam, total ou parcialmente.

Gráfico 3 – Transmissão da Propriedade Familiar para as Próximas Gerações



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria dos participantes concordou, portanto, em estar conseguindo transmitir a gestão da propriedade para as próximas gerações. Apesar da perspectiva em relação ao desaparecimento das fazendas familiares e com a profissionalização e a consequente substituição dos membros da família, os respondentes acreditam estar conseguindo realizar a sucessão familiar em suas propriedades. É possível associar esse êxito na transmissão da propriedade à ação da cooperativa agrícola, uma vez que, como afirmou Drebes, Spanevello e Lago (2011), a cooperativa é uma extensão da propriedade do agricultor e possui diversas características que conferem a ela a possibilidade de auxiliar o produtor em suas principais necessidades e, conseqüentemente, criando um ambiente mais propício ao jovem herdeiro.

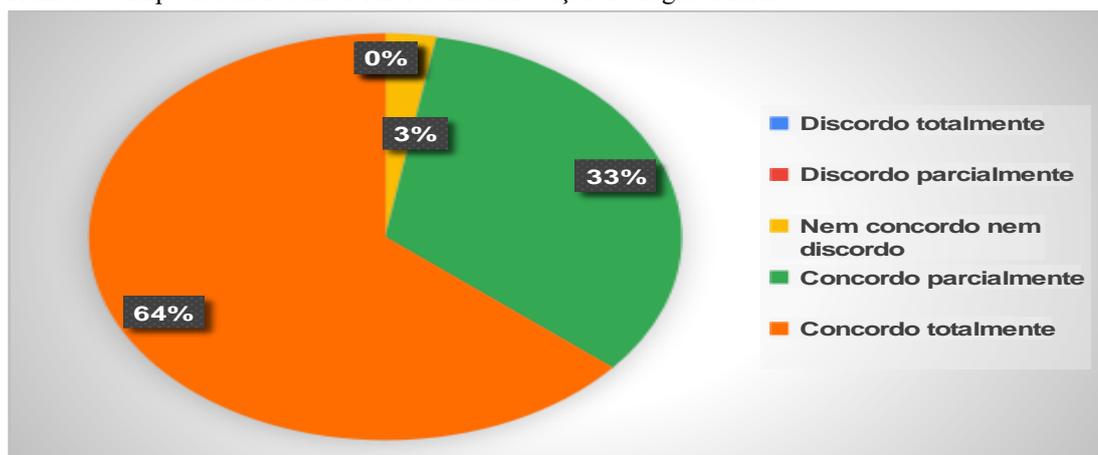
Como veremos no decorrer da pesquisa, os participantes acreditam no potencial da cooperativa em auxiliar na sucessão familiar e na permanência no campo e as próprias cooperativas reconhecem esse papel que têm a desempenhar, mostrando-se preocupadas criando projetos voltados para essa problemática. Ficou claro nos estudos de Drebes e Spanevello (2017) como as cooperativas dependem das novas gerações para a continuidade e a renovação do empreendimento rural, deixando evidente o interesse por parte delas para que

a sucessão familiar ocorra de fato. Portanto, a crença do potencial da cooperativa em amparar a sucessão rural, o interesse por parte das cooperativas nesse processo e a crescente criação de programas voltados aos jovens por parte das cooperativas podem significar a razão do êxito na transmissão da propriedade rural às próximas gerações relatado pelos participantes.

Sob outro aspecto, é possível abordar um ponto significativo em relação à transmissão da propriedade rural aos sucessores: a transmissão da cultura material familiar. Mendonça et al. (2013), afirmam que, juntamente com essa transmissão de gestão, é também transmitida a cultura material familiar, adquirida pelo trabalho e pelas ocupações rurais; Mendonça et al. (2008) entendem que os conhecimentos dos produtores são bastante ambientalizados e problemas com a transmissão da gestão ameaçam essa cultura familiar, onde a falha em transmitir a propriedade para um membro da família incentiva o abandono ao campo pelos jovens sucessores e põe em risco toda a cultura da família adquirida pela trabalho rural (MENDONÇA et al., 2013). Desta maneira, além de garantir a continuidade da fazenda familiar, um cenário que colabora para que a sucessão aconteça garante a cultura da família, que não será perdida pelo abandono ao campo pelos mais jovens.

A hipótese de a sucessão rural proporcionar a renovação do empreendimento familiar foi abordada com os respondentes, afirmando que a presença de um sucessor é um fator de motivação para a expansão do negócio. Conforme o gráfico 4, pode-se observar que 97% dos participantes concordam, total ou parcialmente, e outros 3% são indiferentes.

Gráfico 4 – Hipótese da sucessão rural como renovação do negócio rural



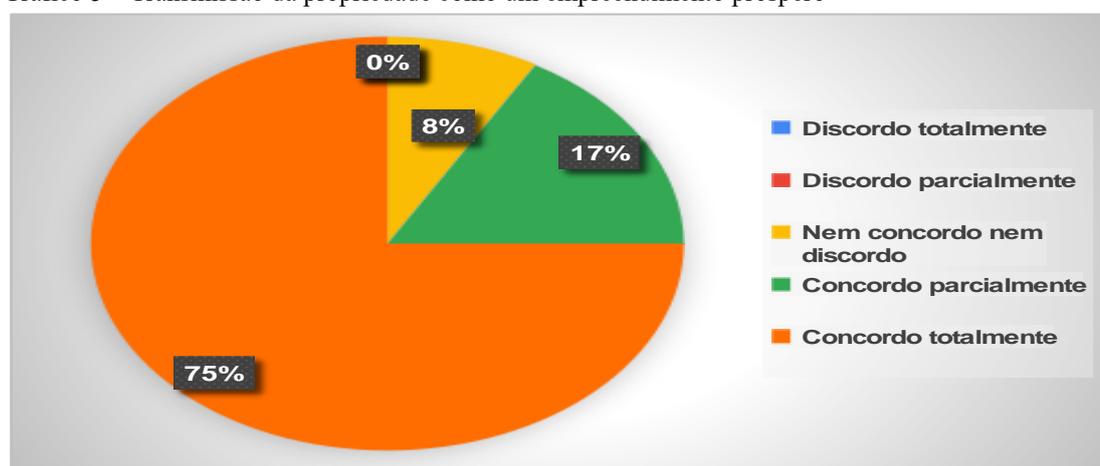
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com base nos dados analisados, o fato de quase todos os participantes concordarem com tal hipótese corrobora os estudos de Lobley et al. (2010, p. 49): “Intergenerational succession represents the renewal of the family farm and can potentially act as a helpful

corrective in addressing the apparent increasingly aged population of principal farms.”, onde argumenta que a possibilidade de renovação do empreendimento rural gerada pela sucessão familiar atua como um corretivo para a população rural cada vez mais idosa, ou seja, combate o envelhecimento rural que enfrenta o campo atualmente, como afirmou Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) e Mendonça et al. (2013). Com a sucessão, o campo se renova e as fazendas familiares prosperam.

A transmissão da propriedade rural pode ser entendida como a transferência de um empreendimento sólido, que propicie sustento e traga boas perspectivas às próximas gerações. Em relação a essa ideia, 92% dos participantes, conforme o gráfico 5, concordaram, total ou parcialmente, enquanto outros 8% foram indiferentes.

Gráfico 5 – Transmissão da propriedade como um empreendimento próspero



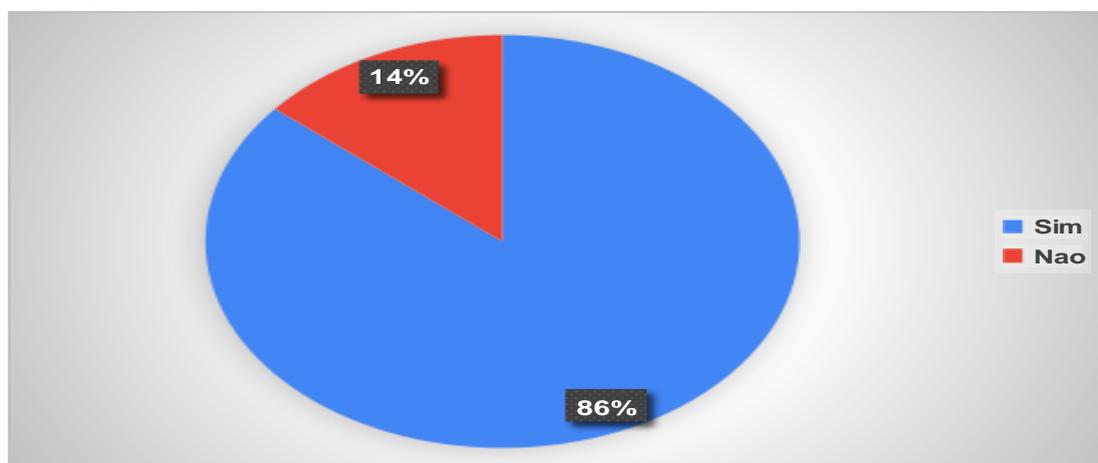
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A concordância dos participantes em relação à essa ideia de transmissão está alinhada à literatura, confirmando as ideias de Gasson e Errington, 1993 *apud* Oliveira e Filho, 2018. Pode-se dizer ainda que, por essa razão de transmitir um empreendimento de perspectivas futuras, o horizonte temporal das empresas familiares tende a ser mais extenso, uma vez que é medido em décadas, não em anos, conforme os mesmos autores.

4.3.3 CONFLITOS NO PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR RURAL

Verificou-se na presente pesquisa se os participantes julgavam haver conflitos no processo sucessório no campo, onde 86% afirmaram ocorrer conflitos na sucessão e outros 14% afirmaram não ocorrer. O fato de a maioria responder afirmativamente à possibilidade de conflitos na sucessão familiar corrobora os estudos de Mello et al. (2013), que mostra a presença de vários conflitos no processo sucessório no campo.

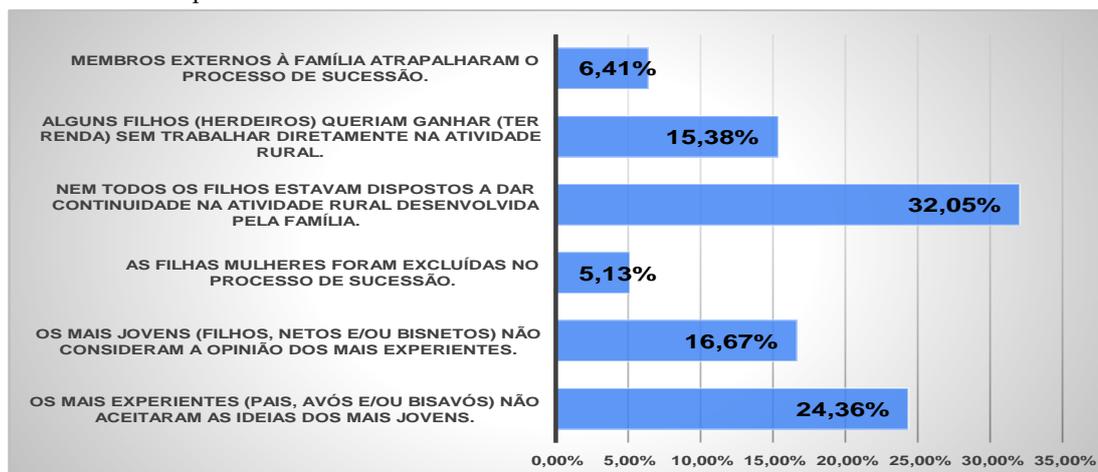
Gráfico 6 – Conflitos na Sucessão Rural



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em seguida, os participantes assinalaram dentre alguns exemplos os principais conflitos que eles presenciavam com maior frequência no processo sucessório. Como resultados, obteve-se: membros externos à família atrapalham o processo de sucessão (6,41%), alguns filhos (herdeiros) queriam ganhar (ter renda) se trabalhar diretamente na atividade rural (15,38%), nem todos os filhos estavam dispostos a dar continuidade na atividade rural desenvolvida pela família (32,05%), as filhas mulheres foram excluídas no processo de sucessão (5,13%), os mais jovens (filhos, netos e/ou bisnetos) não consideram a opinião dos mais experientes (16,67%) e os mais experientes (pais avós e/ou bisavós) não aceitaram as ideias dos mais jovens (24,36%).

Gráfico 7 – Principais conflitos na sucessão rural



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme se observa no gráfico 7, os participantes classificaram como o conflito mais frequente, com 32% das respostas, o fato de nem todos os filhos estarem dispostos a continuar a atividade rural desenvolvida pela família. O fato de a maior parte dos respondentes enfrentar a baixa disposição dos filhos em dar continuidade à propriedade da família pode ser explicado pelos estudos de Costa, 2006 *apud* Zótiis, 2011; Abramovay et al., 1998; Rodrigues, 2017; Mendonça, Ribeiro e Galizoni, 2008, já que a crescente tendência de evasão dos jovens do campo para a cidade e a desmotivação de permanecer no campo fazem com que cada vez menos filhos herdeiros queiram dar continuidade à propriedade da família. Os autores apontam fatores e características na vida no campo que são percebidas pelos jovens e os incentivam a procurar cada vez mais uma vida melhor na cidade, o que aos poucos esgota a quantidade de filhos que queiram herdar a administração da fazenda familiar.

É preciso destacar também os outros dois conflitos mais assinalados pelos participantes, relacionados à aceitação de ideias por parte dos pais e dos filhos. Pode-se observar no gráfico 7 que o conflito de que os mais jovens não consideram a opinião dos mais experientes teve 16,67% das respostas e o conflito de que os mais experientes não aceitam a opinião dos jovens teve 24,36%, o que revela um desacordo entre as partes. Maia (2011), em seu trabalho, pesquisou também sobre essa aceitação de ideias, encontrando o principal motivo para os conflitos: a questão financeira. As ideias propostas pelos jovens muitas vezes não são acatadas pela falta de recursos financeiros dos pais; ideias criativas e inovadoras demandam investimento e nem sempre os pais têm condições de acatarem.

O conflito em relação à exclusão das mulheres no processo sucessório deixa em aberto uma possibilidade de aprofundamento nessa questão, pois Mello et al. (2013) afirmam que o viés de gênero na sucessão rural é o problema mais observado na transmissão das

propriedades para as próximas gerações, o que está em desacordo com os dados colhidos neste trabalho.

Percebe-se, portanto, que os participantes enxergam que mudanças e desafios estão surgindo no meio rural. O relativo grau de concordância no desaparecimento das fazendas familiares aliada à tendência de profissionalização na gestão evoca a ideia de uma necessidade de nova gestão rural nas propriedades e o fato da essência dos principais conflitos estar ligado à perda de interesse dos jovens em ficar no campo e a divergências na aceitação de ideias entre pais e filhos confirma que os participantes concordam com o advento de desafios e barreiras que pedem uma nova gestão no campo.

4.4 PERSPECTIVA DOS PATRIARCAS (PAIS, AVÓS OU BISAVÓS)

A seguir serão apresentadas as variáveis utilizadas com o objetivo de investigar a visão e as opiniões dos principais responsáveis pela propriedade rural atualmente, ou seja, pais, avós ou bisavós.

4.4.1 A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO MEIO RURAL E A CONTINUIDADE DA PROPRIEDADE FAMILIAR

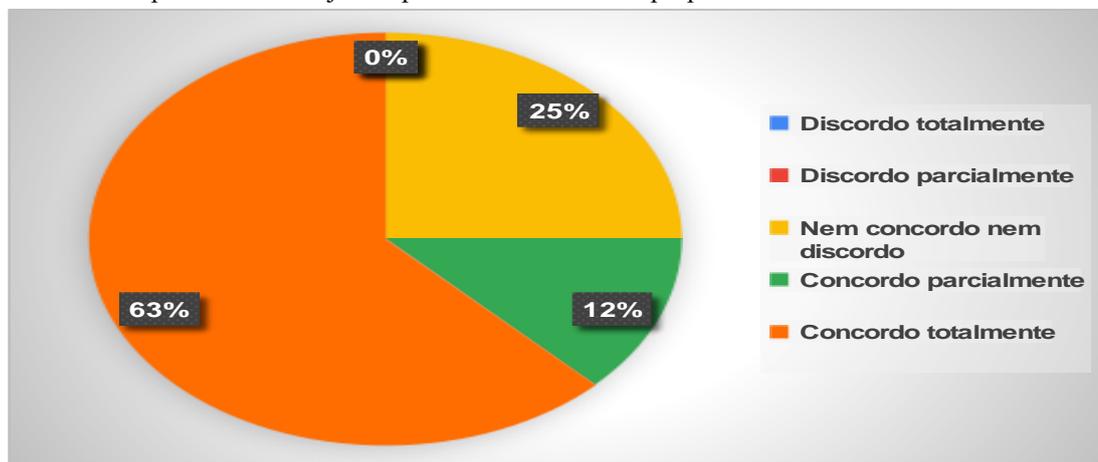
Neste tópico, indagou-se aos participantes sobre a hipótese de que a permanência dos jovens no campo é de vital importância para a continuidade da propriedade rural da família. Com base nos dados foi possível observar que 75% concordam, total ou parcialmente, e os demais 25% se mostraram indiferentes à questão.

Tais resultados seguem os estudos de Oliveira e Filho (2018) onde frisam a importância do êxito dos produtores em administrar a propriedade para promover a continuidade do negócio, uma vez que a família é a base dessa propriedade, a sua continuidade é sustentada por todos os seus membros, com ênfase nos filhos.

Spanevello (2008) completa os estudos de Oliveira e Filho (2018) quando afirma que a agricultura tem o objetivo de assegurar a continuidade do patrimônio da família pela transmissão a seus descendentes. Levando em conta que a sucessão se baseia na ideia de

manter o patrimônio familiar representado pela terra, os pais buscam em seus filhos um sucessor para sua propriedade, visando garantir que essa herança de família prospere por mais gerações.

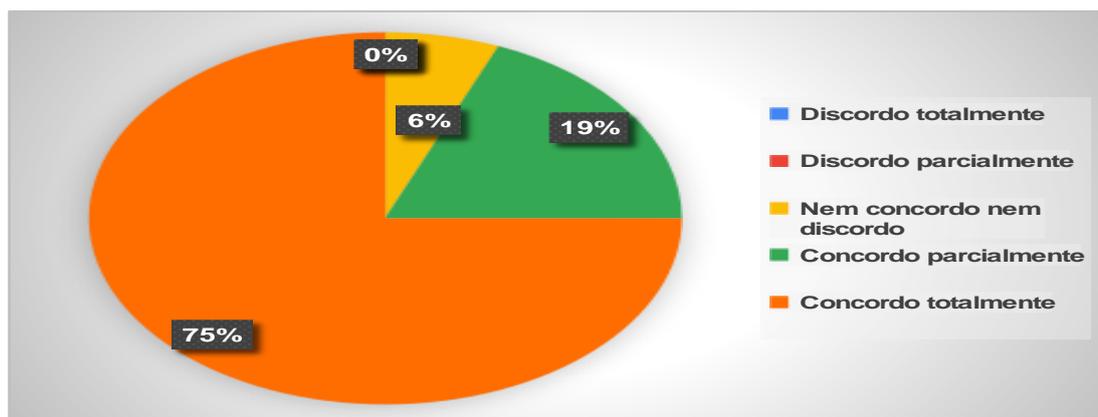
Gráfico 8 – A permanência do jovem para a continuidade da propriedade rural



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em conjunção a essa ideia, os participantes opinaram também em relação possibilidade de ser obrigatória ou de não ser obrigatória a permanência do jovem no campo e à possibilidade de que ele deve ir para a cidade, se profissionalizar e retornar ao campo para dar continuidade à gestão da propriedade. Conforme o gráfico 9, observa-se que 94% concordam, total ou parcialmente e 6% nem concordam nem discordam. Isso evoca um convite a repensar a permanência da juventude no campo, uma vez que os jovens podem se mudar para a cidade, adquirir estudo e profissionalização, e retornar ao campo para empregar na propriedade seus conhecimentos.

Gráfico 9 – Possibilidade de migração dos jovens para a cidade e retorno às propriedades



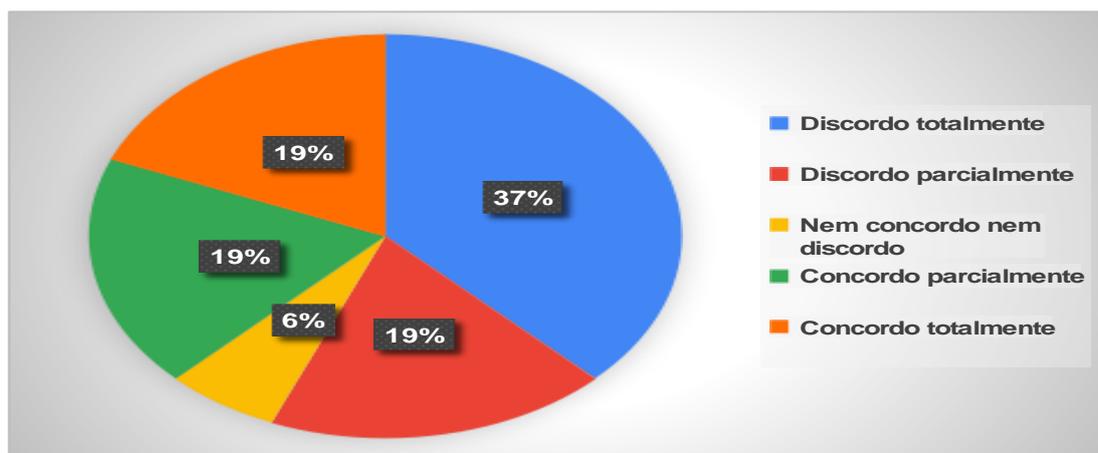
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A matéria na revista SafraEs por Leandro Fidelis (2018), o secretário de estado da agricultura do Espírito Santo, na época, Octaciano Neto, destacou que é muito positivo esse movimento de saída para cidade e o posterior retorno para o campo. Com isso é possível promover a ampliação da produtividade, a restauração dos recursos naturais e a geração de novas oportunidades. O secretário contou à revista que um êxodo urbano está acontecendo e acelerando um processo de informatização do campo, onde ainda existe uma resistência, porém os produtores rurais já estão aceitando que precisam de novas ideias para o desenvolvimento. O governador na época, Paulo Hartung, corroborou essa ideia ao dizer à revista que a conexão do jovem rural com o mundo tem o potencial de melhorar a qualidade dos produtos agropecuários.

4.4.2 PERCEPÇÃO DE INTERESSE NOS SUCESSORES EM DAR CONTINUIDADE À PROPRIEDADE FAMILIAR

Os pais, avós e/ou bisavós foram questionados acerca do interesse que percebem nos sucessores em estar à frente da propriedade da família no futuro. Afirmou-se então para eles sobre a possibilidade dos filhos, netos e/ou bisnetos demonstrarem pouco interesse em dar continuidade à propriedade familiar e, conforme o gráfico 10, pôde-se observar que 37% discordam totalmente, 19% discordam parcialmente, 6% nem concorda nem discordam, 19% concordam parcialmente e 19% concordam totalmente.

Gráfico 10 – Baixo interesse em dar continuidade à propriedade rural



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

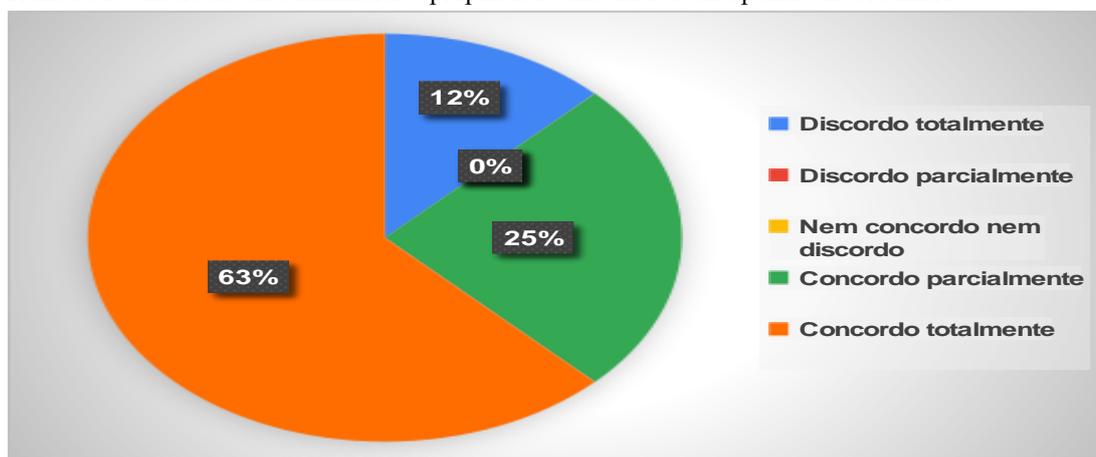
Nota-se no gráfico, portanto, que 56% dos respondentes discordaram da possibilidade de haver pouco interesse nos sucessores em dar continuidade à fazenda familiar, ou seja, os filhos dos produtores respondentes têm demonstrado vontade de assumir a propriedade no futuro. É possível inferir que a maioria desses sucessores que demonstram interesse em herdar a administração da propriedade se concentra naqueles que desde muito cedo ajudam os pais na fazenda, que partilham da rotina e da cultura da família a vida toda. Zago e Bordignon (2012) complementam essa hipótese e afirmam que o desejo de permanecer no campo é muito maior nos homens, o que está de acordo com as pesquisas de Maia (2011) que também encontrou maior interesse em permanecer no campo nos homens, pois desde muito cedo já ajudam os pais nas atividades.

Analisando tais proposições, observa-se que o meio rural não é mais tão atrativo às mulheres quanto é aos homens, que mesmo que saiam do campo, acabam retornando para aplicar seus novos conhecimentos na propriedade. Maia (2011) ainda complementa essa ideia dizendo que um problema sério se configura em relação à reprodução da agricultura familiar, pois as mulheres cada vez mais se sentem motivadas a deixar o campo, levando a masculinização do meio rural, possivelmente iniciada quando os pais desde muito cedo incentivam muito mais seus filhos homens a trabalhar e ajudar na propriedade do que as filhas.

Abordou-se também a questão das famílias que possuem mais de um filho, investigando se o interesse de administrar a propriedade futuramente é enxergado apenas em alguns dos filhos e não em todos. Observando o gráfico 11, tem-se que 12% discordam totalmente e outros 88% concordam, total ou parcialmente, com essa afirmação, ou seja, apesar da variável anterior ter apontado que os filhos demonstram interesse em dar

continuidade à propriedade da família, neste tópico os respondentes concordaram que existe ainda interesse em seus filhos, porém não em todos.

Gráfico 11 – Interesse em administrar a propriedade encontrado em apenas um dos filhos



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

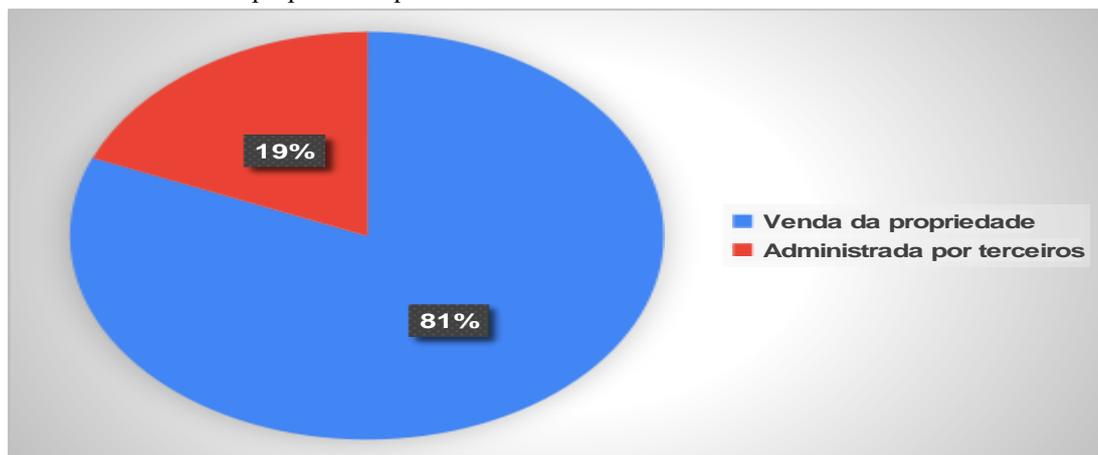
Aliado a essa variável, os dados do gráfico 11 estão de acordo com o conflito sucessório mais assinalado pelos respondentes: nem todos os filhos estão dispostos a herdar a administração da propriedade. As raízes desse problema, conforme a literatura de Costa, 2006 *apud* Zóti, 2011; Abramovay et al., 1998; Rodrigues, 2017; Mendonça, Ribeiro e Galizoni, 2008, se encontram na tendência de êxodo rural e desmotivação dos jovens a permanecer no campo. Devido às dificuldades que enxergam na vida dos pais, a conflitos como o viés de gênero no caso das mulheres, conforme Mello et al (2013) e demais características geram um impulso de tentar uma vida melhor no meio urbano, buscando estudo e profissionalização.

4.4.3 O FUTURO DA PROPRIEDADE FAMILIAR RURAL QUANDO NÃO HÁ SUCESSORES NEM HERDEIROS DISPOSTOS A ASSUMIR A ADMINISTRAÇÃO

Neste tópico, buscou-se investigar também o que acontece com as propriedades rurais quando os proprietários não têm filhos/successores ou quando os mesmos não estão dispostos a assumir a administração da propriedade. Para isso foi levantado duas questões para os respondentes opinarem, venda da propriedade e administração por terceiros. Conforme os dados do gráfico 12, nota-se que 81% dos participantes afirmaram que a propriedade será vendida e distribuída entre os herdeiros, ao passo que 19% afirmou que a propriedade será

mantida sob a posse da família e será administrada por gestores profissionais - terceiros.

Gráfico 12 – Futuro da propriedade quando não há sucessores



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A escolha pela venda da propriedade é sempre feita quando não há mais sucessores para herdar a propriedade, e diversos fatores após a partida dos filhos para a cidade incentivam os pais a venderem a fazenda e irem para a cidade também. Spanevello (2008) aponta como fatores importantes: não ter um filho por perto, a idade dos pais e a excessiva carga de trabalho que antes era dividida com os filhos e o desestímulo a realizar investimentos na propriedade, afinal não há mais filhos junto deles para despertar essa vontade de investir.

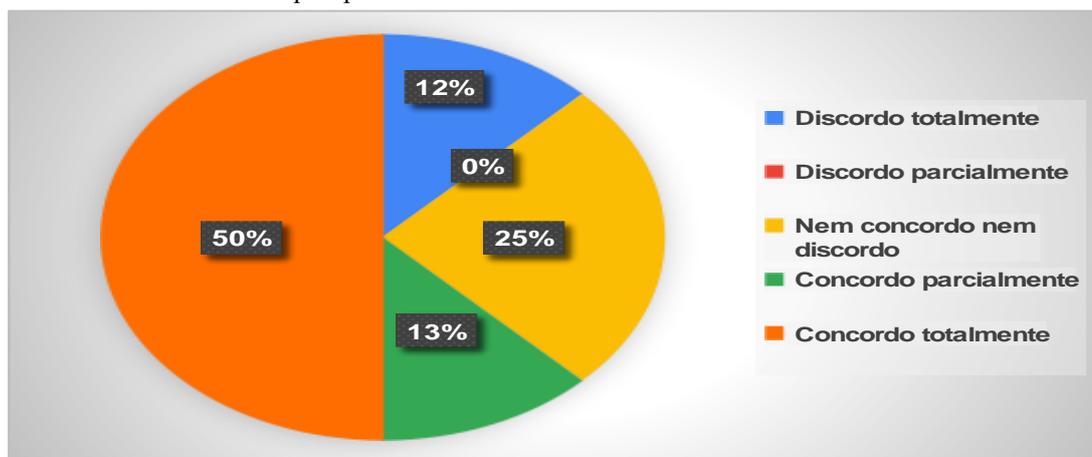
A falta dos filhos na propriedade aumenta a cada dia as dificuldades que os pais vão enfrentar dali em diante, por isso a opção da venda é conveniente: vender a propriedade e se mudar para a cidade, para perto dos recursos de saúde, por exemplo. Spanevello (2008) complementa essa ideia dizendo que a motivação da venda se apruma quando os pais se veem sozinhos e com dificuldades físicas significativas que impedem a realização do trabalho agrícola. Portanto, a decisão dos filhos em ficar no campo é importante para a continuidade do empreendimento da família, mas também é importante para que os filhos possam auxiliar seus pais no futuro, não os obrigando a se desfazer de sua terra. Como complementa Spanevello et al (2017) os pais buscam realizar a sucessão rural como forma de garantir a continuidade da sua terra, existe um forte apego a ela, e ter que vender a propriedade para ir para a cidade significa o abandono àquele chão que consideram sua casa.

4.4.4 INFLUÊNCIA E INCENTIVO DOS PAIS SOBRE OS FILHOS EM PROL DA

SUCESSÃO E PERMANÊNCIA NO CAMPO

Em seguida, os participantes responderam se estão buscando incentivar seus filhos a assumir a propriedade rural no futuro. Conforme o gráfico observa-se que 12% discordam totalmente, 25% nem concordam nem discordam e 63% concordam, total ou parcialmente.

Gráfico 13 – Incentivo dos pais para a sucessão familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

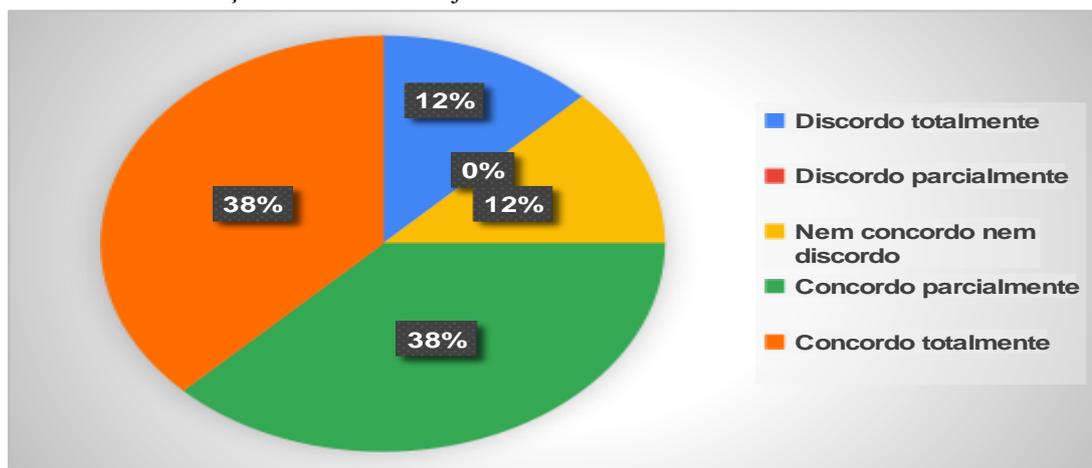
Como observado, a maioria dos participantes diz estar incentivando seus filhos a permanecer no campo e herdar a administração da propriedade. Porém, é preciso levar em consideração que 37% dos participantes ou discordam ou são indiferentes a incentivar os filhos a permanecer no campo. E, apesar da maioria incentivá-los, os participantes concordam que nem todos os filhos querem permanecer na propriedade, o que pode significar que, na verdade, o incentivo por parte dos pais está baixo, conforme Zago e Bordignon (2012), os pais estão cada vez mais incentivando os filhos a não parar de estudar e aconselhando a ir para a cidade, tentar uma profissão diferente daquela do campo, do trabalho árduo e de constante dependência da natureza.

Rosa e Silva (2010) encontraram em suas pesquisas que 56,9 dos pais não incentivam seus filhos a permanecer no campo ou ainda os desestimulam a isso, aconselham a ir para a cidade em busca de condições melhores de vida. Portanto, há uma base sólida na literatura para argumentar que, ao contrário dos resultados da presente pesquisa, o incentivo dos pais para a sucessão rural está baixo, enxergando o meio urbano como um ambiente de melhor futuro para seus filhos.

Alinhado à questão do incentivo dos pais sobre os jovens faz-se necessário investigar a

confiança de autonomia aos sucessores na propriedade da família. Os participantes responderam então se estão confiando aos filhos responsabilidades na administração da propriedade rural, e, conforme o gráfico 14, pode-se ver que 12% discordam totalmente, 12% nem concordam nem discordam, 76% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 14 – Confiância de autonomia aos jovens



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

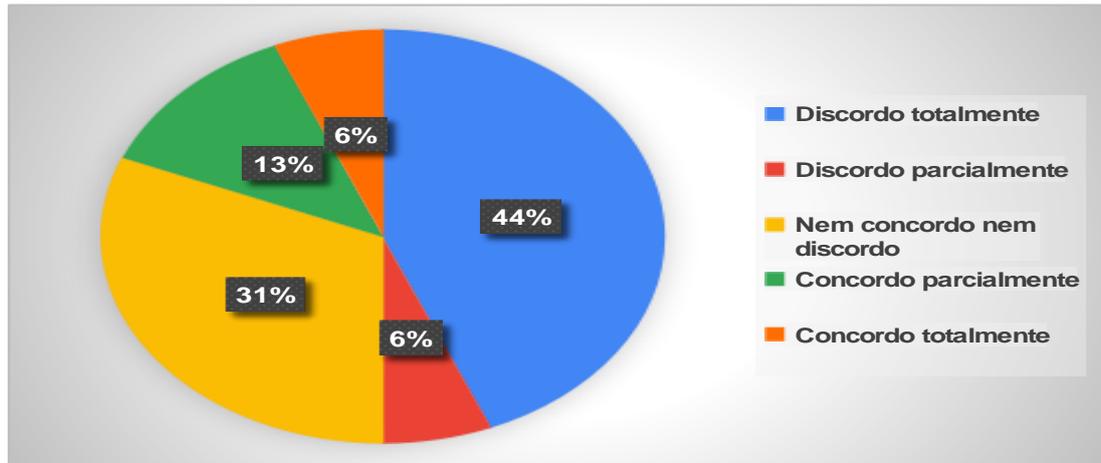
É possível perceber que os pais estão buscando maneiras de incentivar o jovem para a sucessão rural, ainda que esse incentivo possa ser pouco. A confiança de autonomia nas decisões é uma forma muito positiva de inclusão da juventude na vida rural da família, fazendo com que esse jovem se sinta fazendo parte do negócio, ajudando no sustento da família. Simonetti (2000) *apud* Santos (2009) afirma que todo jovem precisa e deseja autonomia em sua vida para poder viver em sociedade, viver de acordo com seus valores e visão de mundo, o que é corroborado por Mattos e Castro (2016).

Pode-se perceber, portanto, que o jovem precisa de autonomia em seu cotidiano e confiar a ele responsabilidades no negócio da família é uma forma muito válida de prepará-lo para a sucessão familiar e ainda incentivá-lo a permanecer no meio rural. Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) associando como um importante fator de abandono ao campo pelos jovens a falta de voz em relação às decisões e participação nos lotes da família. Fica evidente, então, que a mudança do jovem para a cidade se configura como uma tentativa de obter uma autonomia não dada pelos pais na propriedade, pois na cidade poderão trabalhar e ter sua renda através de seu próprio trabalho e tomar suas próprias decisões. Configura-se aqui uma busca por desprendimento do patriarcalismo que não confia autonomia e responsabilidades aos jovens do campo.

Por fim, neste tópico, estabeleceu-se aos participantes a afirmativa de que os pais

nunca incentivam seus filhos a permanecer no meio rural, pois consideram a cidade como um ambiente que possa oferecer um futuro melhor a seus filhos. Em relação a isso, conforme o gráfico 15, as opiniões dos respondentes se classificaram em 50% discordam, total ou parcialmente, 31% nem concordam nem discordam e 19% concordam, total ou parcialmente com a afirmação.

Gráfico 15 – Pais nunca incentivaram os filhos a permanecer no campo



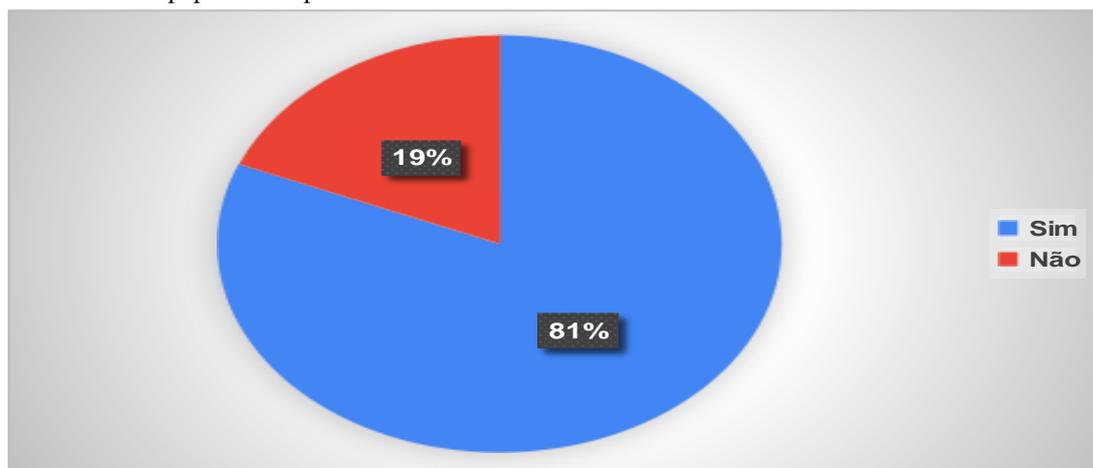
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Confirmando os resultados anteriores, os pais discordam de nunca terem incentivado seus filhos a viver no campo, contudo, 40% dos participantes ou concordam nunca terem os incentivado ou são indiferentes a essa questão. Isso corrobora a ideia do ainda baixo incentivo à permanência e sucessão rural pregado por Zago e Bordignon (2012) e Rosa e Silva (2010), uma vez que o índice de indiferença à essa questão se mostra alto, o que evoca a possibilidade de os pais desejarem um futuro melhor a seus filhos diferente daquele veem na propriedade rural, acreditando no potencial do meio urbano para isso.

4.4.5 O PAPEL DA COOPERATIVA NA SUCESSÃO SOB A ÓTICA DOS PATRIARCAS

Questionou-se então aos patriarcas sobre suas opiniões a respeito do papel da cooperativa no processo de sucessão familiar no campo. Tomando os dados do gráfico 16, observa-se que 81% dos patriarcas acreditam nesse papel da cooperativa e 19% não acreditam.

Gráfico 16 – O papel da cooperativa na sucessão rural



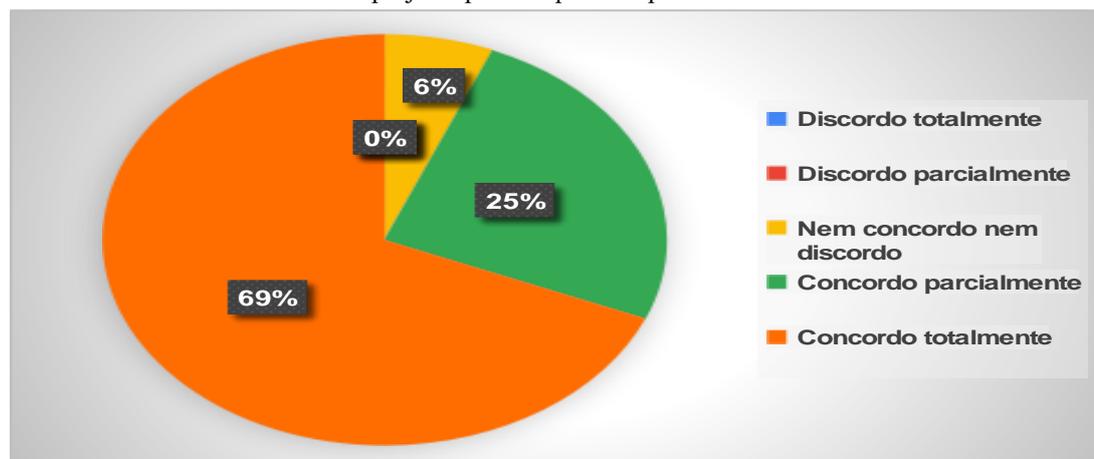
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

É possível ver que, na opinião dos patriarcas, as cooperativas têm potencial de minimizar os problemas na evasão e na sucessão no campo. Os estudos de Drebes, Spanevello e Lago (2011) estão de acordo com essa ideia reforçando que a cooperativa é uma extensão da propriedade rural e possui características que conferem a ela o poder de influenciar a permanência do jovem e a sucessão rural. Em conjunto a essa questão, os mesmos autores ainda afirmam que a decisão do jovem de permanecer ou não no campo está ligada de maneira intrínseca à capacidade da cooperativa de atender às necessidades dos jovens.

Portanto, percebe-se que, de fato, as cooperativas têm papel fundamental na sucessão rural, uma vez que têm potencial para investir na propriedade rural de forma a abranger os jovens também, levando em consideração suas necessidades. Pois, sabe-se que a decisão de migrar para a cidade está ligada à ausência de perspectiva futura na propriedade enxergada pelos jovens, então, se a cooperativa colabora com o produtor de maneira a incluir a família como um todo, ela garante a continuidade e a prosperidade da propriedade familiar.

Em conjunto a ideia do potencial da cooperativa de auxiliar no processo sucessório, os participantes opinaram sobre a possibilidade de a cooperativa desenvolver programas e projetos voltados para jovens sucessores em potencial a fim de capacitá-los e prepará-los para o processo de sucessão. Conforme o gráfico 17, observa-se que 6% nem concordam nem discordam, 94% concordam, total ou parcialmente com a afirmação.

Gráfico 17 – Desenvolvimento de projetos pela cooperativa para a sucessão rural



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Percebe-se que, assim como os patriarcas concordam no potencial da cooperativa para a sucessão, concordam que ela pode desenvolver projetos voltados para essa problemática focando nos jovens. É possível dizer que as cooperativas atualmente estão gradativamente implementando projetos e dando mais importância à problemática da sucessão rural, buscando a inclusão dos filhos nos negócios de seus pais.

Um dos maiores exemplos dessa preocupação crescente com a sucessão é a Coopavel no estado do Paraná, que criou a Unicoop, a universidade Coopavel. A Unicoop busca, através de cursos e treinamentos, preparar o produtor para o mercado, focando na qualidade de vida das famílias como um todo, contribuindo para a fixação do jovem no campo. Essa fixação inclui as necessidades dos jovens em seus projetos, procurando fazê-los sentir-se parte da propriedade familiar, preparando-os para tomar decisões e auxiliar a família em seus empreendimentos.

Nas próximas páginas serão discutidas as ações das cooperativas da região Cone Sul em entrevistas com os gestores, investigando o nível de interesse dessas organizações locais na problemática da sucessão familiar no campo e os esforços que estão empregando em relação a isso. De forma complementar, foi solicitado aos patriarcas participantes que relatassem algum projeto que a cooperativa tenha desenvolvido para colaborar com o processo sucessório e ainda se tinham alguma sugestão do que a cooperativa poderia desenvolver com relação a isso. De forma unânime, todos os 16 patriarcas que responderam à questão disseram não conhecer nenhum projeto e não souberam dar sugestões para as cooperativas. Pode-se dizer que o fato de nenhum patriarca ter conhecimento ou sugerir alguma ação para a cooperativa – e existem projetos para essa problemática – reflete um desinteresse por parte dos produtores em relação à sucessão familiar, como veremos mais à

frente em entrevistas com gestores, os cooperados não querem participar dos programas de sucessão familiar.

Nota-se, portanto, na visão dos patriarcas, que os desafios em relação à sucessão rural começam na diminuição do interesse dos sucessores em dar continuidade à propriedade da família. O fato encontrado de que o conflito mais frequente na sucessão rural é que nem todos os filhos estão demonstrando interesse a esse assunto, complementa a perspectiva dos patriarcas. Então, apesar de incentivos como autonomia e conscientização paterna, ainda considerando a concordância dos patriarcas em relação à possibilidade dos filhos irem à cidade se capacitar e retornar ao campo, o interesse dos jovens no campo continua diminuindo.

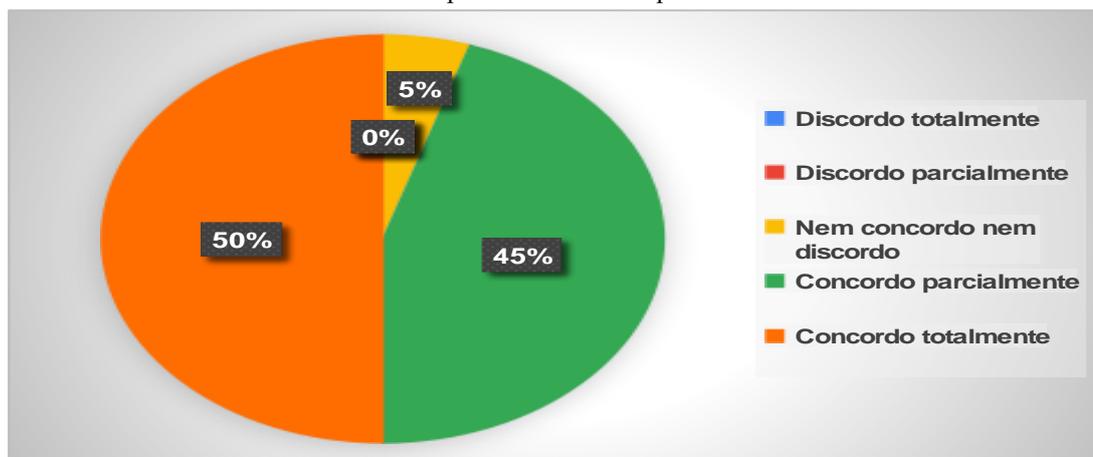
4.5 PERSPECTIVA DOS SUCESSORES (FILHOS, NETOS OU BISNETOS)

A quarta seção do questionário de coleta de dados para o presente artigo teve por objetivo obter a opinião dos futuros sucessores das propriedades familiares (filhos, netos e/ou bisnetos) no tange à sucessão familiar.

4.5.1 INTERESSE DOS SUCESSORES NA VIDA NO CAMPO

Buscou-se primeiramente analisar o nível de interesse dos sucessores em permanecer no campo e futuramente administrar a propriedade familiar. Ao observar o gráfico 18, percebe-se que 5% são indiferentes a isso, enquanto outros 95% concordam, total ou parcialmente.

Gráfico 18 – Interesse dos sucessores em permanecer no campo

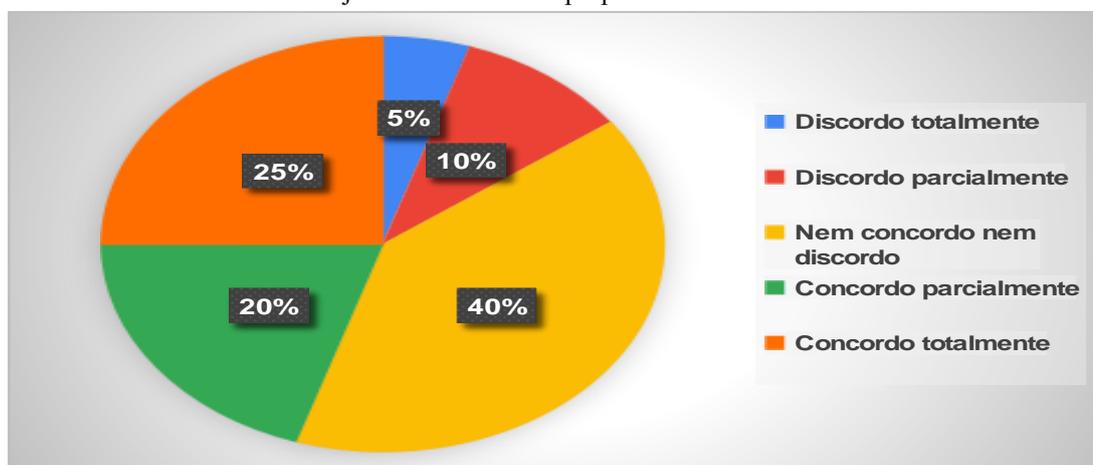


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em concordância com a opinião dos patriarcas, os jovens sucessores participantes demonstram, em sua grande maioria, vontade de herdar a administração da propriedade no futuro. Percebe-se, portanto, que, na região investigada neste trabalho, os jovens carregam o desejo de dar continuidade à propriedade dos pais, podendo isso estar relacionado às ações das cooperativas agrícolas, como veremos depois, ou à influência dos pais, por exemplo, confiando autonomia aos filhos e fazendo-os parte do negócio da família.

A possibilidade de administrar a propriedade da família no campo e viver na cidade ao mesmo tempo também foi apresentada aos sucessores. Como se observa no gráfico 19, 15% discordam total ou parcialmente, 40% nem concordam nem discordam, 45% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 19 – Possibilidade de o jovem administrar a propriedade vivendo na cidade



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

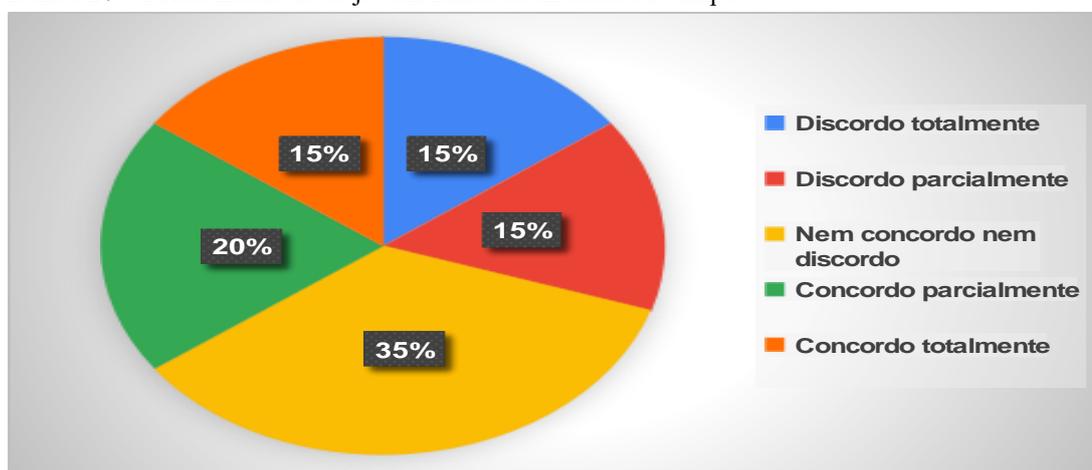
Com base nos dados observa-se que a maioria dos sucessores participantes concorda

com essa possibilidade, o que denota uma tendência a deixar o campo, viver na cidade e administrar a propriedade por lá, o que está de acordo com os fatores estimulantes ao abandono ao campo pela juventude citado por Mendonça et al. (2013). Todavia, é notável o alto grau de indiferença a essa questão, o que pode ser explicado pelo receio em assumir a propriedade. Podem não ter certeza se querem a responsabilidade de herdar e administrar a propriedade da família, o que traz o risco do sucessor vendê-la perante uma boa oferta de outro grupo rural.

4.5.2 MIGRAÇÃO DOS SUCESSORES DO CAMPO PARA A CIDADE

A migração dos futuros sucessores das propriedades rurais foi investigada impondo, primeiramente, a possibilidade dos sucessores nunca terem saído do campo e pretenderem permanecer lá, ao qual responderam: 30% discordam total ou parcialmente, 35% nem concordam nem discordam, 35% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 20 – Possibilidade de os jovens nunca terem saído do campo



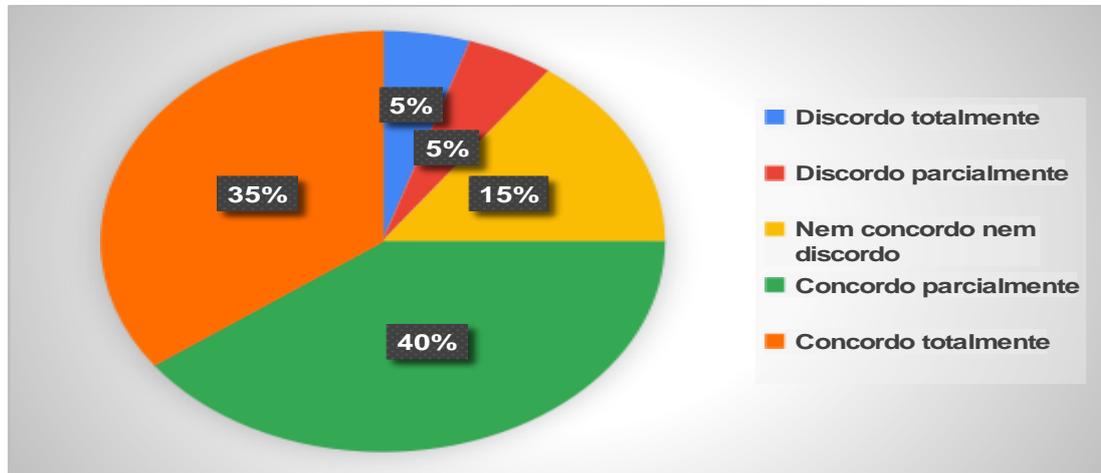
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com base nos dados observa-se que a maior parte dos participantes concordou em nunca ter deixado o campo, porém, uma parte quase igual respondeu ser indiferente a isso, aliado aos 30% restantes que discordam da afirmação.

Em seguida buscou-se investigar também a opinião dos sucessores em relação à hipótese de ir para a cidade em busca de capacitação e formação profissional, para em seguida retornar ao campo e administrar a propriedade da família. Sobre isso, com base no gráfico 23,

10% discordam total ou parcialmente, 15% nem concordam nem discordam, 75% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 21 – Possibilidade de os sucessores irem à cidade se profissionalizar e retornar ao campo



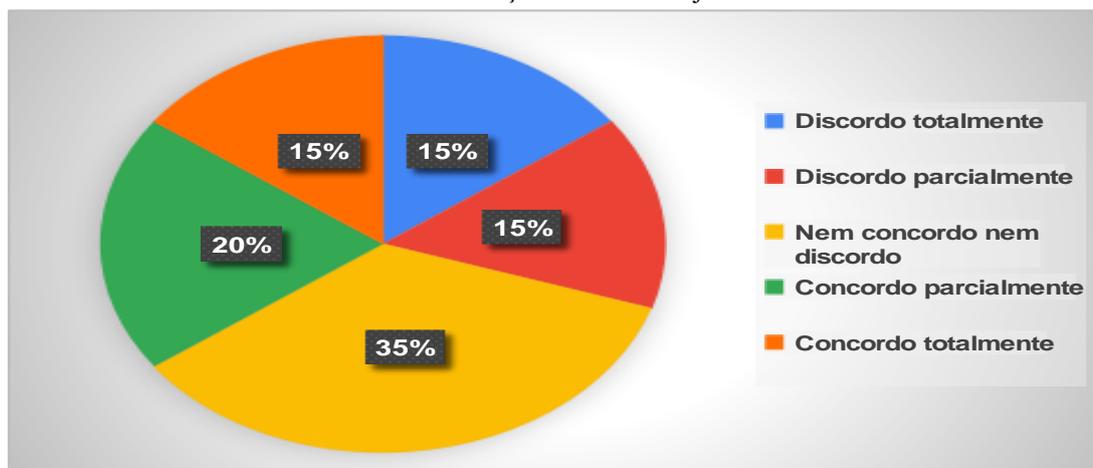
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Assim como os patriarcas, os sucessores concordaram em maioria com a hipótese em questão, o que completa os dados anteriores onde a maioria foi indiferente ou discordou de já ter saído do campo. Ou seja, os sucessores estão de acordo com as autoridades na matéria de Leandro Fidelis, da revista SafraEs (2018), sobre os benefícios para o campo dos jovens migrarem para a cidade e retornarem ao campo e dar continuidade ao empreendimento da família com novos e mais atualizados conhecimentos.

4.5.3 ACEITAÇÃO DE IDEIAS PROPOSTAS PELOS SUCESSORES E A CONFIANÇA DE RESPONSABILIDADES A ELES PARA A PROPRIEDADE RURAL DA FAMÍLIA

Verificou-se, neste tópico, o quanto as ideias propostas pelos filhos, netos e/ou bisnetos estão sendo aceitas na administração da propriedade familiar. Primeiramente, indagou-se os sucessores sobre a possibilidade de estarem enfrentando muitas barreiras em relação a aceitação de suas ideias para a propriedade pelo restante da família. Sobre isso responderam: 15% discordam totalmente, 15% discordam parcialmente, 35% nem concordam nem discordam, 20% concordam parcialmente e 15% concordam totalmente.

Gráfico 22 – Possibilidade de barreiras à aceitação de ideias dos jovens

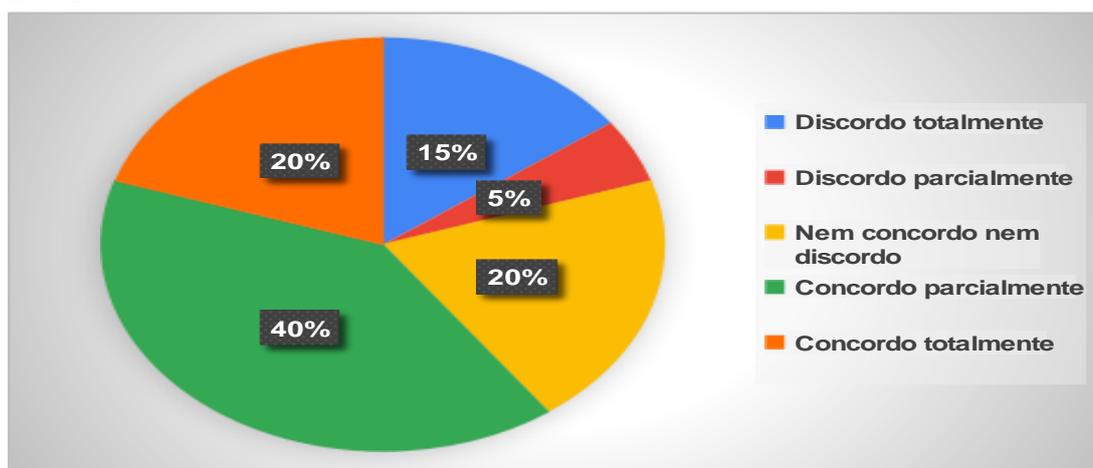


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Como se observa nos dados do gráfico, a maioria dos participantes foi indiferente a barreiras na aceitação de suas ideias pelos pais, mesmo tendo sido esse um dos três mais assinalados impasses na questão dos conflitos anteriormente analisada.

Em seguida, foi proposto aos sucessores a possibilidade de suas ideias apenas serem aceitas quando os pais enxergam um bom potencial de retorno financeiro para a propriedade. Para essa afirmação, segundo o gráfico 23, 20% discordam total ou parcialmente, 20% nem concordam nem discordam, 60% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 23 – Possibilidade de as ideias dos jovens serem aceitas quando demonstram potencial de retorno financeiro



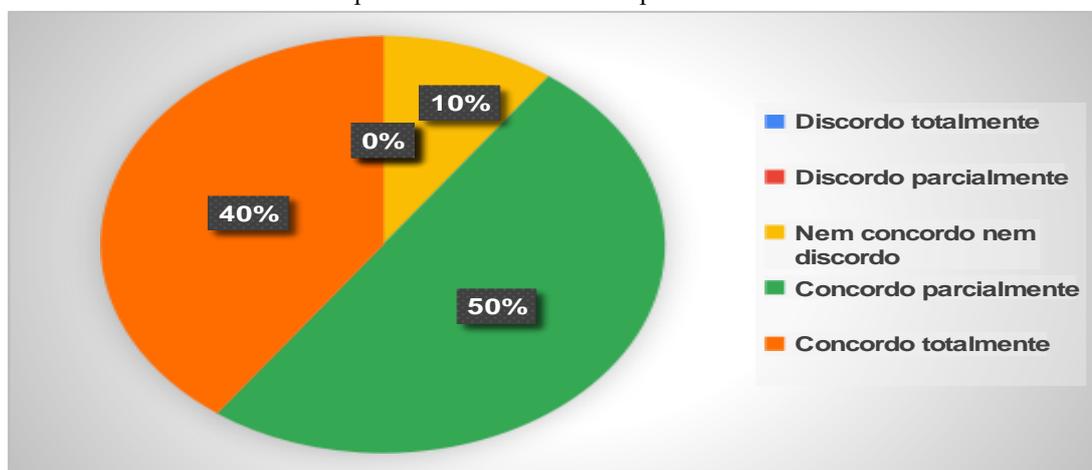
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Como observado nos resultados, os participantes em sua maioria concordam que as ideias têm mais chance de serem aceitas pelos pais quando demonstram potencial de retorno financeiro. Como visto no conflito de aceitação de ideias, Maia (2011) deixa claro que a

questão financeira influencia diretamente no nível de aceitação de ideias dos jovens pelos pais, pois boas ideias demandam investimento e é muito frequente a escassez de recursos nas famílias para fazer investimentos. Contudo, os resultados encontrados confirmam a ideia de Maia (2011), pois gerando retornos financeiros e os pais possuindo recursos, há maior facilidade na aceitação das ideias propostas pelos sucessores. Essa aceitação de ideias tem o potencial de proporcionar autonomia aos jovens, um quesito fundamental para sua permanência no campo, como afirmou Santos (2009), como será analisado em seguida.

Investigando, então, o nível de participação dos futuros sucessores na propriedade da família, buscou-se analisar se está sendo confiada ao sucessor responsabilidades e participação ativa na propriedade. Conforme os dados do gráfico 24 observou-se que 10% nem concordam nem discordam e 90% concordam total ou parcialmente. Pode-se dizer, então, que os pais estão colaborando com a sucessão rural e a continuidade da propriedade, pois, dar responsabilidades ao jovem é dar autonomia a ele, o que, segundo Santos (2009), é o que o jovem precisa para viver em sociedade; a autonomia gerada pela confiança de responsabilidades o faz sentir-se parte do negócio e colabora para sua permanência no campo.

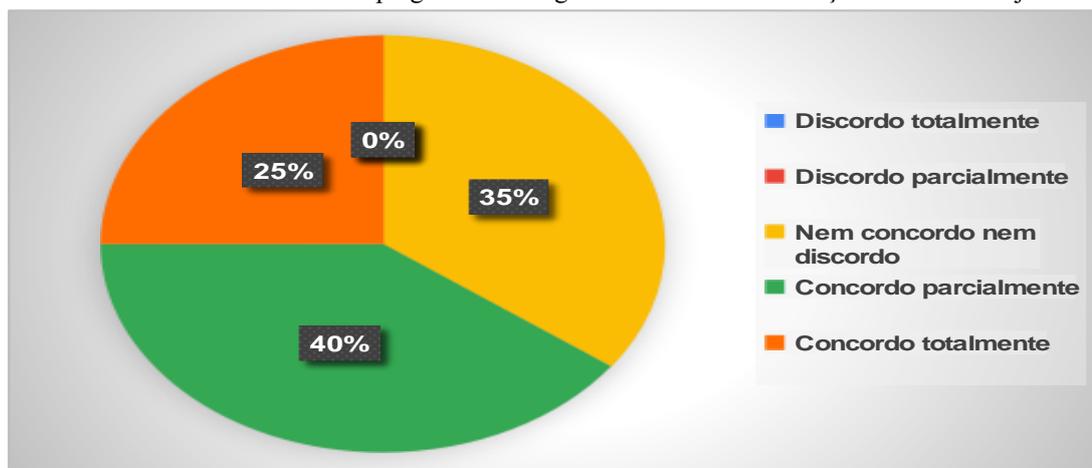
Gráfico 24 – Possibilidade de os pais estarem confiando responsabilidades aos sucessores



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Completando a questão da aceitação de ideias dos sucessores, levantou-se a hipótese de que o emprego da tecnologia para melhoria da produtividade e lucratividade dos negócios tende a ser um aliado na aceitação das ideias dos jovens. Segundo os dados do gráfico 25, 35% nem concordam nem discordam, 65% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 25 – Possibilidade de o emprego da tecnologia ser um aliado a aceitação de ideias dos jovens



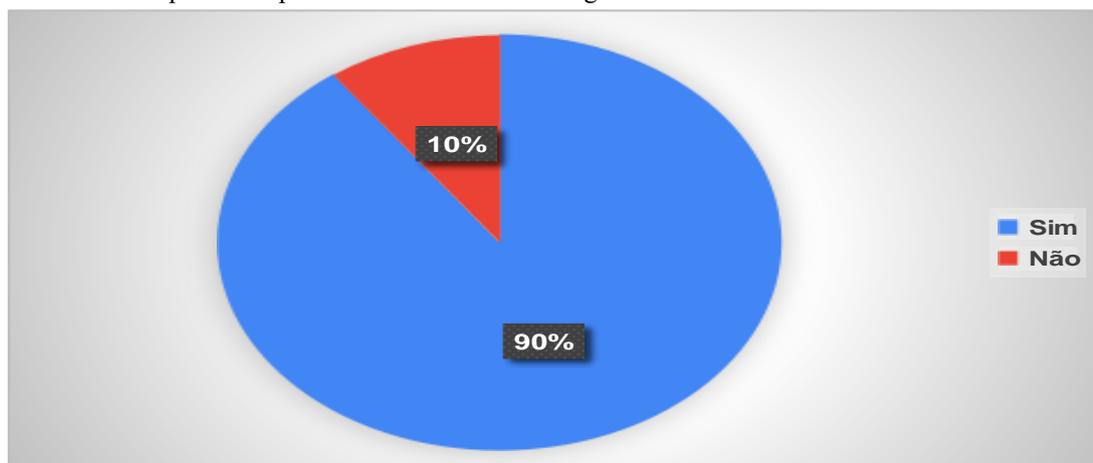
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Observando o gráfico é possível notar que a maioria dos participantes está de acordo com emprego da tecnologia no campo ser um aliado a aceitação de suas ideias. A tecnologia está cada vez mais presente no meio rural e os produtores já estão reconhecendo que o campo precisa de novas ideias, de modernização, como afirmou Octaciano Neto, secretário de estado da agricultura do Espírito Santo, em entrevista a Leandro Fidelis da revista SafraEs (2018). Dada a maior facilidade dos jovens com a tecnologia e sua capacidade de aprender faz com que sejam necessários na gestão da propriedade da família, o que leva a uma chance maior dos mais experientes considerarem suas ideias.

4.5.4 O PAPEL DA COOPERATIVA NA SUCESSÃO SOB A ÓTICA DOS SUCESSORES

Assim como com os principais responsáveis pela propriedade familiar, buscou-se analisar, sob a ótica dos sucessores, o papel da cooperativa na sucessão familiar rural. Primeiramente, os participantes opinaram se acreditam ou não no papel da cooperativa em contribuir com a sucessão familiar no campo. Nota-se no gráfico 29 que 90% dos sucessores acreditam no potencial da cooperativa em relação à sucessão familiar e 10% não acredita.

Gráfico 26 – Papel da cooperativa na sucessão rural segundo os sucessores

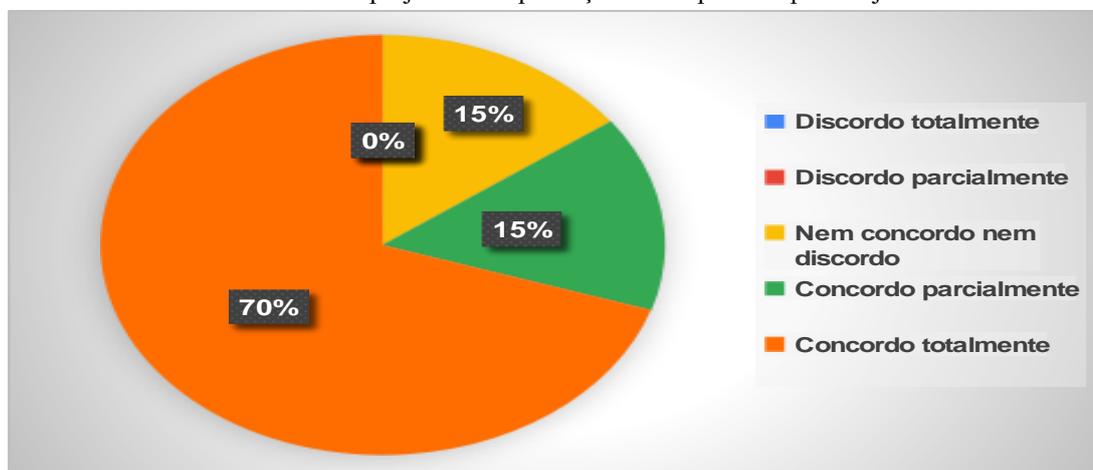


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O fato de a maioria dos sucessores acreditar na cooperativa para minimizar os problemas na sucessão familiar tem igualmente respaldo em Drebes, Spanevello e Lago (2011), pois a propriedade está ligada à cooperativa e esta tem características que conferem a ela o potencial de contribuir com a questão sucessória nas propriedades rurais, uma vez que pode atender às necessidades da juventude de forma que ele não precise buscar supri-las na cidade, encontrando um bom futuro na propriedade da família e contribuindo com novas ideias para o desenvolvimento do empreendimento familiar.

Em seguida, foi colocada a eles a possibilidade da cooperativa desenvolver projetos de capacitação focados na preparação e conscientização de jovens para o processo de sucessão. O gráfico 27 mostra que 15% nem concordam nem discordam e 85% concordam total ou parcialmente.

Gráfico 27 – Desenvolvimento de projetos de capacitação da cooperativa para os jovens



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Percebe-se pelas opiniões dos sucessores que eles concordam com a importância da criação de projetos pelas cooperativas, revelando que eles buscam capacitação e estudo para poder participar de maneira eficaz do negócio rural da família. Uma vez que se sabe, pelos dados desta pesquisa, que os participantes têm interesse em permanecer no campo e em dar continuidade à propriedade da família, faz-se necessário cada vez mais o incentivo das cooperativas locais para usufruir do interesse dos jovens em ficar no campo e capacitá-los cada vez mais para isso.

Por fim, os respondentes deixaram comentários a respeito de conhecerem ou não algum projeto desenvolvido pela cooperativa em prol da sucessão rural e se teriam alguma sugestão para a cooperativa desenvolver em relação a isso. Foi comentado sobre a oferta de cursos gratuitos àqueles que não têm recursos financeiros para buscar, assim como a oferta de palestras para as famílias produtoras. Uma jovem relatou a experiência de como as palestras da cooperativa a inspiravam a continuar na propriedade rural:

Algumas palestras que foram ministradas pelas cooperativas locais, mesmo que não tinham o foco de sucessão familiar, mas, eu ia com meu pai para ouvir algumas ideias inovadoras o que me incentivaram para continuar no negócio da família, porém eu acredito que poderiam ter mais palestras focadas em sucessão familiar (SUCESSORA PARTICIPANTE).

O que confirma novamente as afirmações de Drebes, Spanevello e Lago (2011) sobre a propriedade ser uma extensão da cooperativa, pois ela tem esse potencial de despertar o interesse nos jovens a trabalhar e ajudar na propriedade dos pais.

É possível concluir, portanto, que os filhos sucessores enxergam alguns desafios em relação à sucessão rural. Os patriarcas demonstraram perceber menor interesse dentre seus filhos em herdar a propriedade e os sucessores demonstraram enfrentar algumas barreiras em relação à essa questão, como a dificuldade na aceitação de ideias, o que talvez possa explicar a diminuição de interesse nos jovens em permanecer no campo, corroborada pelo conflito mais marcado nesta pesquisa: os mais experientes não aceitam a opinião dos mais jovens.

4.6 PERSPECTIVA DAS COOPERATIVAS EM RELAÇÃO À SUCESSÃO RURAL

Visando dar maior consistência a presente pesquisa foram realizadas algumas entrevistas semiestruturadas com gerentes de algumas cooperativas locais da região do Cone

Sul. Uma vez tendo a perspectiva dos patriarcas e a perspectiva dos sucessores em relação à problemática da sucessão rural, buscou-se incorporar também à pesquisa a perspectiva das cooperativas agrícolas sobre o tema. Foram ouvidos gerentes de quatro cooperativas, identificadas aqui como “A”, “B”, “C” e “D”.

Em entrevista, o gestor da cooperativa “A” relatou sobre a preocupação que a organização está tendo em relação à sucessão rural e permanência do jovem no campo. No que se refere a essa preocupação da cooperativa entre seus cooperados, o gestor apresenta a seguinte perspectiva:

Hoje, a preocupação é tanto com a sucessão nas propriedades, quanto a sucessão nas cooperativas. Os jovens, como não passaram pelas mesmas dificuldades que passamos, não tem um vínculo com a cooperativa, pois enxergam a cooperativa apenas como uma empresa”. (GESTOR COOPERATIVA “A”).

Ou seja, a partir da análise da narrativa do gerente da cooperativa “A” observa-se que a sucessão tanto das propriedades rurais quanto da própria cooperativa pode estar comprometida, pois a geração atual não apresenta o mesmo interesse em participar do dia-a-dia da cooperativa como em outros tempos.

O gestor explica que nas propriedades rurais locais vê-se acontecendo a sucessão, falando dos jovens que migram para a cidade e uma parte deles ainda retornam ao campo:

A gente sente também grande dificuldade de ver o filho que sai para estudar, quando ele retorna, continuar essa atividade. Acredito que em torno de 60% dos jovens ainda que saem para estudar, desde que ingressem em áreas relacionadas à agricultura [...] estão voltando para trabalhar com o pai (GESTOR COOPERATIVA “A”).

Percebe-se que é muito frequente a saída de jovens do campo para a cidade em busca de estudo, porém, uma parcela ainda retorna ao campo para trabalhar com os pais, o que pode ser justificado, segundo o gestor, pela alta atual do setor do agronegócio. O entrevistado afirma que se estivéssemos em tempos menos pródigos a situação seria diferente.

O entrevistado comenta também sobre a questão das propriedades que foram herdadas pelos sucessores, porém esses herdeiros saíram do campo, arrendaram suas terras e foram morar em grandes centros urbanos como São Paulo e na maioria das vezes nunca aparecem para ver como está a propriedade. Em casos como este, a sucessão ocorre, mas é em vão, pois o sucessor arrenda as terras, se muda para a cidade e o campo perdeu aquela família. Futuramente, pode-se dizer que essa propriedade será vendida, de acordo com a conveniência do sucessor.

A entrevista com a cooperativa “B” foi com uma gerente de produção que relatou a

preocupação que a cooperativa também está tendo em relação à questão sucessória, pois enfrenta problemas com a participação dos cooperados:

Nós temos vários projetos para a sucessão, promovemos reuniões e eventos online, porém o público de Naviraí não participa de nada. Alegam não ter tempo, que estão plantando e não têm como participar da palestra, etc. Durante nossas reuniões, os produtores dos demais municípios sempre participam, porém, os de Naviraí nunca tem nenhum (GESTOR COOPERATIVA “B”).

Pode-se analisar, portanto, que, na visão dessa gerente, existe um desinteresse dos produtores em participar das ações de sucessão rural. Falta de tempo e muito trabalho são as justificativas dadas para não participar das reuniões e projetos propostos para a região de Naviraí, não havendo preocupação com a formação dos sucessores que futuramente darão continuidade à propriedade da família.

O terceiro gestor entrevistado reconheceu a tendência de esvaziamento rural na região do Conesul, atribuindo também essa tendência à crescente busca dos jovens por estudo nas cidades.

Com a agricultura, de certa forma, mais rentável, hoje, com os produtos agrícolas mais valorizados, faz com que os pais invistam mais na educação dos filhos e eles acabam até fazendo cursos que não têm nada a ver com a área agrícola [...], e [o jovem] acaba não tendo esse incentivo para ficar no campo. (GESTOR COOPERATIVA “C”).

O gestor apontou outra questão que promove o êxodo rural e, conseqüentemente, compromete a sucessão familiar: grandes produtores rurais compram e dominam grandes áreas de hectares o que sufoca os pequenos produtores que acabam vendendo suas propriedades e migrando para a cidade.

Segundo o entrevistado, a cooperativa também promove algumas ações com o objetivo de fixação da juventude no campo e promoção da sucessão rural. Primeiramente, o gestor comenta que a cooperativa “C” realiza processos de diversificação com os cooperados que têm integração, principalmente em leite e suínos. Focando principalmente no pequeno produtor, a cooperativa realiza esse processo de inclusão com esse cooperado para diversificar sua produção e evitar a monocultura. O gestor afirma que esses projetos de inclusão têm o potencial de manter mais pessoas da família no campo, evitando ou minimizando o êxodo rural.

No que tange à questão da sucessão familiar, o gestor “C” relata que a cooperativa realiza projetos com os jovens, como, por exemplo, o Comitê Jovem e os núcleos femininos,

oferecendo cursos, capacitação e formação em áreas ligadas ao campo. Ele diz haver alguns outros projetos como esse que são realizados com os jovens com o foco na sucessão rural, porém, esses programas se concentram mais no estado do Paraná. O estado de Mato Grosso do Sul, ele confirma, não há ações desse tipo oferecidas pelas unidades da cooperativa. Isso, segundo ele, por causa da quantidade de cooperados, da distância e outros fatores desse tipo que inviabilizam a oferta de programas desse tipo.

O subgerente de uma cooperativa “D” também foi ouvido em relação à temática da sucessão rural. Primeiramente ele também concordou sobre a tendência de esvaziamento do campo e explica, em sua opinião, os motivos disso:

Olha, existe, sim, essa tendência de redução da população do campo, muito ocasionada pelas compras das grandes empresas, que compram áreas muito grandes, temos áreas muito grandes pertencendo a um grupo só, [...] e, com isso, os pequenos estão ficando quase que sufocados pelos grandes grupos, neh? [...] E chega que quase que ele [o pequeno produtor] seja obrigado a vender essa propriedade para poder se sustentar (GESTOR COOPERATIVA “D”).

Devido a grandes áreas estarem nas mãos de um grupo grande apenas, o pequeno produtor fica sem chance de competir com um mercado nesse sentido, sendo obrigado a vender a propriedade para poder sobreviver. O gestor “D”, levando em conta essa tendência apresentada, alerta para o desafio que é para a sucessão rural, pois o jovem enxerga os pais nessa situação austera e são desmotivados a pensar o seu futuro no campo e na propriedade da família, que parece cada vez mais perto de ser vendida. Esse jovem, então, ainda que se mude para a cidade e se profissionalize em áreas rurais, são contratados por outras empresas e acabam não voltando ao campo.

O gerente concorda que a cooperativa tem um papel em minimizar a evasão no campo e têm buscado minimizar essa problemática também pela estratégia da diversificação, contando sobre os diversos tipos de atividades agrícolas com que a cooperativa trabalha, além de assistências agronômicas gratuitas, visando manter o pequeno produtor na lavoura, dando todo o aporte necessário a ele para sua atividade produtiva. Ele fala sobre a importância que tem o pequeno produtor na lavoura para a cooperativa:

A essência da existência da cooperativa é atender o pequeno produtor, justamente para ter esse know-how de produtos, essa variedade e poder ter alguém que o atenda, que os deixe dentro da propriedade, que os auxilie na produção; [...] o cooperativismo é isso (GESTOR COOPERATIVA “D”).

No que tange à sucessão familiar, ele ressalta que a cooperativa “D”, assim como as

demais cooperativas da região, têm projetos para a problemática da sucessão rural:

Nós damos treinamentos, nós e as outras cooperativas também, para os jovens, filhos de produtores, existem cursos, existem treinamentos sobre agricultura familiar, sobre finanças familiares e isso mantém esse vínculo das futuras gerações com a propriedade. [...] Sempre visando manter o produtor na lavoura. Não se obrigar a ter que vender a propriedade porque não conseguiu se manter ou porque não tinha informação suficiente, ou porque o filho não queria saber nada disso [...] (GESTOR COOPERATIVA “D”).

O gestor fala de alguns projetos para sucessão criados pela cooperativa, como o CooperJovem, focado em oferecer cursos, treinamentos e conscientização para os filhos dos produtores nas áreas da agricultura; o seminário das mulheres e os núcleos femininos que buscam integrar as esposas no cooperativismo, fazendo-as sentirem-se parte do negócio rural da família. Porém, ele relata que todos esses projetos e eventos acontecem apenas em grandes centros onde existem as sedes da cooperativa, por exemplo, no estado do Paraná, que possuem estrutura e um público maior para isso. Então quando são oferecidos eventos nesse sentido, são alugados ônibus para levar os produtores e ele afirma haver boa participação, tanto jovens e mulheres quanto os homens proprietários.

Conforme observado, as cooperativas estão enfrentando desafios consideráveis em relação à problemática da sucessão familiar no campo. Nota-se um crescente esvaziamento da juventude do campo associado à busca dos jovens por estudo e capacitação nas cidades, pelo incentivo dos pais a isso e pelo baixo interesse dos patriarcas no processo sucessório. A compra das pequenas propriedades pelos grandes produtores se mostra um dos maiores desafios à permanência dos jovens no campo, uma vez que sufoca os pequenos produtores obrigando-os a vender suas fazendas para prover o sustento da família. Embora as cooperativas estejam empenhando esforços para auxiliar os produtores no processo de sucessão familiar, a baixa aderência do público, a busca crescente dos jovens por formação nas cidades e dificuldade de acesso aos projetos de sucessão que são oferecidos apenas em regiões com sede das cooperativas ou que têm mais público são fatores que impõem barreiras à sucessão familiar rural.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS DISCUTIDAS

Considerando os diversos desafios encontrados nos dados coletados com os três grupos de pesquisa (patriarcas, sucessores e cooperativas) é conveniente fazer uma comparação entre os grupos, buscando uma visão mais clara da perspectiva de cada um em relação aos desafios da sucessão rural. O quadro 1 resume os principais desafios encontrados em cada um dos grupos pesquisados de acordo com sua perspectiva.

Quadro 1 – Visão geral das perspectivas dos grupos pesquisados

Perspectiva dos Patriarcas (pais, avós e/ou bisavós).	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse em se tornar sucessor da propriedade diminuindo entre os filhos dos produtores; • Propriedades devem ser vendidas em caso de ausência de sucessores;
Perspectiva dos Sucessores (filhos, netos e/ou bisnetos).	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência à migração para a cidade: querem herdar a propriedade, mas administrá-la morando na cidade; • Barreiras à aceitação de ideias dos jovens pelos pais; • Ideias mais facilmente consideradas pelos pais quando apresentam retornos financeiros.
Perspectiva das Cooperativas.	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente esvaziamento rural do público jovem e feminino em busca de estudo e profissionalização; • Incentivo dos pais a buscar melhores oportunidades na cidade; • Os grandes produtores sufocam os pequenos produtores comprando áreas muito grandes e obrigando-os a vender a propriedade; • Baixa aderência ou possível desinteresse dos produtores aos projetos das cooperativas; • Dificuldade de acesso a programas de sucessão, ofertados apenas em localidades distantes.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Confrontando-se as três perspectivas é notável a concordância com o esvaziamento do campo em relação aos jovens, principalmente pela busca de capacitação, e seu desinteresse pela vida no campo. Segundo os pais existe incentivo à sucessão rural por parte deles, o que confronta com a opinião das cooperativas que alegam o contrário, considerando também o interesse dos jovens na possibilidade de herdar a propriedade e administrá-la morando na cidade. Ações realizadas pela cooperativa apresentam difícil acesso aos produtores, o que pode explicar a baixa adesão aos projetos, assim como o próprio desinteresse do patriarca em relação à sucessão relatado pelas cooperativas, o que tende a explicar a diminuição do interesse dos jovens à sucessão entre os filhos dos produtores. Alinhado a isso, o sufocamento do pequeno produtor pelas aquisições dos grandes colabora com o desestímulo da juventude em dar continuidade à propriedade da família ao ver e vivenciar uma vida de austeridade, engendrando futuramente a venda da propriedade.

Pode-se dizer, portanto, que existe ainda um interesse por parte dos jovens futuros sucessores da região de Naviraí em permanecer no campo e dar continuidade à propriedade da família. Porém, os diversos desafios que estão surgindo – conflitos, barreiras à aceitação de ideias, precariedade de vida dos pequenos produtores – estão se sobrepondo a esses interesses e instigando os jovens a buscar uma perspectiva melhor na cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais e os principais desafios enfrentados nesse processo atualmente, fazendo uma ligação sobre o papel do cooperativismo na permanência da juventude no campo e na sucessão rural. Obteve-se a perspectiva de cada uma das partes envolvidas nesse processo: os patriarcas, os sucessores e as cooperativas, a fim de analisar a visão e as opiniões de cada uma sobre a problemática em questão.

Como resultados, este trabalho concluiu que diversos desafios à sucessão e à continuidade das propriedades rurais estão surgindo pela nova realidade que está se instalando no campo, demandando uma nova forma de gerir as propriedades e as famílias. Nota-se que muitas famílias não veem mais o campo como um ambiente promissor a seus filhos; há um crescente incentivo dos pais para que seus filhos busquem melhores oportunidades na cidade. As cooperativas notam como os produtores, especialmente os pequenos, sofrem com a competitividade atual no agronegócio, com os grandes produtores formando vastos patrimônios e sufocando os pequenos. A juventude percebe essa vida austera que vivem seus pais e se desmotivam a sonhar seu futuro na propriedade do campo.

Os jovens também estão enfrentando outros desafios em suas vidas no campo, como conflitos na aceitação de ideias dos pais, contribuindo com a motivação de migrar para a cidade em busca de liberdade. Embora as cooperativas estejam envidando esforços para minimizar os conflitos e barreiras que os jovens enfrentam, as famílias rurais da região pesquisada neste trabalho têm baixa aderência a esses projetos. Esse baixo envolvimento pode ser explicado pela cultura local, onde talvez as famílias não estejam ainda preparadas para essa lógica de sucessão familiar, o que faz com que os projetos desenvolvidos não surtam o efeito desejado por não estarem alinhados à cultura da região.

É pertinente ressaltar algumas contribuições do presente estudo para o meio gerencial,

pois esclarece o cenário e os desafios atualmente enfrentados no processo sucessório, o que dá às cooperativas e agricultores uma visão mais clara de como abordar essa questão. Ao compreender os principais desafios no processo sucessório, as cooperativas podem elaborar ações mais assertivas em relação à sucessão e as famílias rurais podem buscar minimizar os conflitos entre gerações, encontrando novas formas de gestão familiar.

As contribuições para o meio acadêmico se configuram em complementar os estudos sobre uma problemática cada vez mais discutida no setor do agronegócio e no campo de pesquisa da administração, a sucessão nos negócios, em foco a sucessão no campo. Este trabalho dá continuidade às pesquisas acadêmicas que buscam contribuir com a minimização dos desafios atualmente enfrentados na sucessão familiar no campo, buscando uma perspectiva mais atual a respeito dessa problemática. A partir dos achados deste trabalho pode-se aprofundar as pesquisas sobre, por exemplo, a sucessão em cooperativas, a questão de gênero no processo sucessório, considerando a questão das herdeiras mulheres; as possibilidades de desaparecimento das propriedades rurais familiares em detrimento à gestão profissional.

De maneira geral, esta pesquisa oferece como contribuição à sociedade uma proposta de reflexão sobre a permanência das pessoas no campo, levando em consideração que a sociedade precisa de pessoas no meio rural produzindo com eficiência os produtos que garantem a alimentação da população. Dar um olhar mais atento à questão sucessória é fomentar a permanência e a produção rural. As descobertas desta pesquisa propõem caminhos para aprofundar os estudos em relação à viabilidade da adoção do modelo das empresas profissionais no meio rural, uma vez que o mercado está concentrado nas mãos de poucas empresas.

Assim, acredita-se que o objetivo estabelecido para esta pesquisa foi alcançado, pois se pôde, sobretudo em razão das limitações impostas pela pandemia do Covid-19, analisar os principais desafios que os jovens estão enfrentando em relação à sucessão e à sua permanência no campo. Confrontando-se as perspectivas dos patriarcas e dos sucessores, relacionando o papel e as ações das cooperativas nessa questão, obteve-se uma análise consistente do cenário atual do campo sobre a problemática da sucessão familiar.

Com base nos resultados deste trabalho, é possível questionar, levando em consideração a necessidade de profissionalização na gestão no campo, a possibilidade de o jovem se capacitar na cidade e retornar ao campo e o mundo pós-pandemia do Covid-19, se a permanência da juventude no campo é de fato necessária. Este questionamento se configura como recomendação de um futuro desenvolvimento na presente pesquisa, analisando as novas

configurações que o mundo se encontra em virtude da pandemia e como o campo vai reagir a elas no futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1ª ed. Brasília: Unesco, 1998.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 157-182.

ALFONSO, Carmen G.; CUMPLIDO, Francisco J. S.; GONZÁLES, Maria de la O. B. Cooperativismo, Factor Empresarial y Desarrollo Económico: un modelo teórico de enlace. **REVESCO**. v. 122, p. 110-134. 2016.

BIEGER, Tamires E. **Sucessão na Agricultura Familiar: um estudo no município de Coronel Barros - RS**. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1948>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BOESSIO, Amábile T.; DOULA, Sheila M. Sucessão Familiar e Cooperativismo Agropecuário: perspectivas de famílias cooperadas em um estudo de caso no triângulo mineiro. **Editora Unijuí**. v. 15, n. 40, p. 433-458, jul./set. 2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.** v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**. v. 2 (2017).

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília – DF: I Circuito de Debates.

ELIAS, Denise. Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**. p. 13-32, 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FAE BUSINESS SCHOOL. **Unicoop - Educação Corporativa chega às cooperativas**.

Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16560671416141246.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **A fome no mundo cai, mas existem ainda 805 milhões de pessoas que sofrem de desnutrição crônica.** Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/243923/icode/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Juventud rural y empleo decente en América Latina.** Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5570s.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FIDELIS, Leandro. Jovens estão de volta ao campo. **SafraEs.** Disponível em: <<https://www.safraes.com.br/geral/jovens-estao-volta-ao-campo-1>>. Acesso em: 29 out. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. *Censo Agro, 2017.* Brasil: IBGE.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, G. S.; LEITE, I. C. **O Cooperativismo como Instrumento Constitucional na Busca do Desenvolvimento Nacional.** 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2015.

LOBEY, M.; BAKER, J.; WHITEHEAD, I. Farm Sucession and Retirement: some international comparisons. **JAFSD Online.** v. 1, n. 1, ago. 2010.

MAIA, Ana Heloísa. Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com sua estratégia de vida. **UNESP.** Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99883>>. Acesso em: 25 set. 2020.

MATTOS, Amanda Rocha; CASTRO, Lucia Rabello. Jovens e a Liberdade: reflexões sobre a autonomia, responsabilidade e independência. **Psicologia & Sociedade.** v. 28, n. 1, p. 65-73. 2016.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo.** v. 50, n. 1, 11-24, 2003.

MENASCHE, R.; ESCHER, M. S. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite.** Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. Disponível em <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6364>>. Acesso em: 02 out. 2020.

MENDONÇA, Kênia F. C.; RIBEIRO, Áureo E. M.; GALIZONI, Flávia M. **Sucessão na Agricultura Familiar:** estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3423/3282>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MENDONÇA, Kênia F. C.; RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flávia M.; AUGUSTO, Hélder A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto

Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. Bras. Est. Popul.** v. 30, n. 2, jul./dez. 2013.

MUZZIO, Henrique. A Consolidação da Empresa Familiar e o Legado do Fundador: concepções teóricas e implicações práticas. **TPA.** v. 3, n. 2, p. 27-43, jul./dez. 2013.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório de Gestão 2018.** Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/assets/arquivos/RelatorioAnual/Relatorio_OCB_2018.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

OLIVEIRA, Luciano Benini; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada.** v. 15, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, L. G. M.; SILVA, G. A. V. Sucessão em uma Empresa Familiar: Valores, Racionalidades e Dilemas. **FACES Journal.** v. 11, n. 2, p. 28-42, abr./jun. 2012.

OLIVEIRA, W. M.; FILHO, J. E. R. V. A sucessão familiar no setor agropecuário. **Revista de Política Agrícola.** n. 2, p. 122-135, abr./jun. 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Agências da ONU lançam Ano Internacional das Cooperativas 2012.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **População Mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU.** Disponível em: <encurtador.com.br/qsIS2>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PAULA, S.; MOREIRA, A. B.; MOTA, D. A. Sucessão Familiar em Propriedades Rurais: um estudo da situação sucessória dos acadêmicos do curso de agronomia UFFS Erechim e seus pais. **Sci. Elec. Arch.** v. 10, n. 6, dez. 2017.

RICCA, Domingos. **Sucessão na Empresa Familiar: Conflitos e Soluções.** 1. ed. São Paulo: CLA, 2007.

RODRIGUES, Roberto. Sucessão no Campo. **AgroANALYSIS.** v. 37, n. 8, p. 46, ago. 2017.

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão Familiar e Cooperativismo: o caso da cooperativa Cooperval. **NUPEM.** Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/129>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

SAATH, K. C. O.; FACHINELLO, A. L. Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** v. 56, n. 2, Brasília, abr./jun. 2018.

SANTOS, Ana Caroline Trindade. Juventude e permanência no campo: um estudo de caso sobre a juventude do assentamento rural flor do Mucuri/SE. **Atena.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9344>>. Acesso em: 31 out. 2020.

SILVA, Carolina Braz de Castilho.; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e

pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 183-207.

SILVA, Vosnei; SANTOS, R. A. Considerações Teóricas sobre o Cooperativismo, Crédito e Pequena Agricultura. **Geosul**. v. 31, n. 61, p. 271-288, jan./jun. 2016.

SPANEVERELLO, Rosani M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>>. Acesso em: 30 set. 2020.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**. v. 15, n. 40, jul. / set. 2017.

VENTURI, Pedro H.; SOUZA, Danieli C. Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: causas da evasão de jovens no campo. In: I Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1., 2016, IFC Campus Araquari. **Anais...** Araquari, 2016.

VOPARGEL, Lara B. **Agricultura e gênero: a categoria feminina na sucessão rural**. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1878>>. Acesso em: 01 out. 2020.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL, 9, 2012. **Anais...** ANPED SUL, 2012.

ZÓTIS, T. C. **Causas e Consequências da Evasão de Jovens da Comunidade Rural de São Vitor, Município de Camargo/RS**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequence>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**. v. 29, n.3, p. 23-32, 1994.